

Pós Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável

**ENTRE MODERNIDADE E TRADIÇÃO: DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO  
SUSTENTÁVEL EM ERERÊ, PARÁ.**

Juliana Lopes Magalhães  
Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, janeiro 2008

Universidade de Brasília  
Centro de Desenvolvimento Sustentável

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ENTRE MODERNIDADE E TRADIÇÃO: DESENVOLVIMENTO  
COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL EM ERERÊ, PARÁ.**

Juliana Lopes Magalhães

Orientadora: Lais Mourão Sá

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, janeiro 2008

MAGALHÃES, Juliana Lopes.  
Entre Modernidade e Tradição: Desenvolvimento  
Comunitário Sustentável em Ererê, Pará./ Juliana Lopes  
Magalhães.  
Brasília, 2008.  
88 p.  
Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento  
Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.  
1. Desenvolvimento – Comunitário. I. Universidade de  
Brasília CDS

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**ENTRE MODERNIDADE E TRADIÇÃO: DESENVOLVIMENTO  
COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL EM ERERÊ, PARÁ.**

Juliana Lopes Magalhães

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção Mestrado Acadêmico.

Aprovado por:

---

Lais Mourão Sá, Dra. (CDS-UnB)  
(Orientadora)

---

Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Dra. (CET-UnB)  
(Examinadora Interna)

---

Vera Margarida Lessa Catalão, Dra. (UnB)  
(Examinadora Externa)

Brasília-DF, 29 fevereiro. 2008

*Aos meus pais, Zeca e Lourdes  
e ao meu irmão Pedro*

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos dois últimos anos e para a realização desta dissertação muitos são os agradecimentos a serem feitos:

Agradeço à Regina Oliveira, pelo constante estímulo e pela oportunidade de vivenciar em Monte Alegre, junto aos pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, a experiência sobre a qual hoje apresento minhas reflexões;

Ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, por oferecer ambiente para amadurecimento acadêmico e profissional;

Ao Frédéric Mertens, por todo apoio e atenção despendida no início desta pesquisa;

À Lais Mourão, generosa orientadora, pela iluminação e segurança de que precisei;

A todas amigas e amigos da Colina, forasteiros com quem compartilhei alegrias e agruras do viver em Brasília e viver o mestrado, em especial Dumara Regina de Lima, Ana Carolina Barbosa Pereira, Rosana Santos, Arquimedes Belo Paiva, Ligia Meres Valadão e Eliane Almeida do Carmo;

À Maria de Lourdes Lopes Magalhães, sempre comigo, especialmente nos decisivos momentos finais;

Ao Maécio Monteiro, pela ajuda com mapas, idéias, pela companhia na conclusão do trabalho e por todo amor;

À Maria Luiza Gastal, por sua presença;

Aos moradores de Ererê, pela paciência;

E ao privilégio de estudar, morar e viver a Universidade de Brasília;

## RESUMO

A atuação de profissionais de instituições de pesquisa para o desenvolvimento, mediante projetos de caráter comunitário, tem assumido na Amazônia a posição de canal para a injeção de modernidade em comunidades de população local, onde a falta de desenvolvimento pode ser interpretado como ameaça à conservação da natureza. A dinâmica de gestão internacional dos recursos naturais, também relacionada à intencionalidade das forças do modo de produção capitalista, interliga organismos internacionais ao poder público brasileiro, em iniciativas que desembocam em empreendimentos coletivos de uso da biodiversidade. Este trabalho versa sobre a experiência da atuação do Museu Paraense Emílio Goeldi em projetos de pesquisa e desenvolvimento em Monte Alegre, Pará, a partir do processo de criação do Parque Estadual Monte Alegre, em 2001, junto às comunidades do entorno da UC. Na comunidade Ererê, onde dois projetos de desenvolvimento comunitário sustentável foram implementados, a relação que pôde ser identificada entre a lógica presente no Plano de Desenvolvimento Sustentável implementado pela equipe de profissionais do MPEG e a lógica de reprodução social tradicional da comunidade, tem distintos fundamentos ideológicos. Presente no cotidiano dos moradores e manifesta no manejo tradicional do buriti, está a forma de organização e reprodução social de base tradicional, que se difere da lógica trazida e exposta a eles pelos profissionais/pesquisadores externos. Há uma sobreposição valorativa entre o modo de trabalho tradicional e o sistema proposto a partir dos projetos de desenvolvimento. As incompatibilidades sociais e culturais antagônicas entre as estratégias tradicionais de reprodução social e de conservação da natureza, e a proposta de organização comunitária dos projetos de desenvolvimento comunitário, trazem a tona tensões pela sobreposição dos interesses individuais na forma de organização da coletividade estimulada pelos projetos. Por sua vez, estas iniciativas vinculam-se a noção elaborada em âmbito técnico-científico de que aquelas populações necessitam de estratégia para desenvolvimento, exterior às suas práticas, que as adapte as exigências impostas para a inserção em um sistema de mercado de caráter eminentemente capitalista, afinando-se as práticas hegemônicas que são as autênticas responsáveis pela ameaça a conservação da biodiversidade, que com as estratégia empregadas no entorno do Parque Estadual Monte Alegre se buscou evitar.

## ABSTRACT

The work of professionals from development research institutions, through community-based projects, has taken a connecting position for introducing modernity into the local communities where the lack of development can be considered as a risk to the nature conservation. The international management approach of the natural resources, also related to the objectives of the capitalist production, join international organizations to the Brazilian government, creating sustainable community projects by the collective activities on the biodiversity use. This work is about the experience of Paraense Museum Emilio Goeldi (MPEG) with the research and development projects in Monte Alegre, Pará, since the establishment of the State Park Monte Alegre, in 2001, in communities around the UC. At the community of Ererê, where two projects of sustainable community development projects were implemented by the professional team of MPEG and by the typical social reproduction of Ererê community, have different ideological objectives. Present in the daily activities of the villagers and showed in the traditional handling of the “buriti”, is the way of organization and social reproduction of the traditional base, which differs from the concepts brought and explained to them by the external research professionals. There is a value superposition between the traditional way of work and the system proposed by the development project. The social and cultural differences which appears in opposition and competitive relationship between the traditional strategies of social reproduction and the nature conservation, and the propose of community organization of sustainable community development project generate tension because of the superposition of individual interests as a collective organization motivated by the projects. On the other hand, these initiatives are linked to the notion based on scientific-technical idea that those population need the strategy to be developed, outside their normal practices, to adapt them to the demanding necessities which will make it possible to introduce a market system which idea is clearly capitalist, harmonizing the identical practices which are the real responsible for the biodiversity conservation threat, which all strategies applied around the Estate Park Monte Alegre tried to avoid.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 ANTECEDENTES, CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTE ESTUDO

2 QUESTÕES TEÓRICAS E DE REFERÊNCIA

3 CIÊNCIA E CAPITAL NA LÓGICA DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

3.1 CONTEXTO INSTITUCIONAL DAS AÇÕES NO PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE E SEU ENTORNO

3.2 VÍNCULOS COM FINANCIADORES

3.3 VÍNCULOS COM INTERESSES ECONÔMICOS DO SETOR PRIVADO

4 O ENCONTRO ENTRE A LÓGICA TRADICIONAL E A PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

4.1 O PARQUE ESTADUAL MONTE ALEGRE E AS COMUNIDADES DO ENTORNO

4.2 ERERÊ E O MANEJO TRADICIONAL DO BURITI

4.3 OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SUSTENTÁVEL EM ERERÊ E A ATUAÇÃO DA APRORE

4.4 OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E O TURISMO

LEITURA INTERPRETATIVA E CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho constitui uma análise da experiência vivenciada na comunidade Ererê, no município de Monte Alegre, Pará, localizada no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, a partir da atuação de uma equipe de profissionais em pesquisa e desenvolvimento da qual a autora fez parte. Procuramos investigar que tipo de relação pode ser identificado entre a lógica presente nas ações da equipe de profissionais e a lógica de reprodução social tradicional da comunidade Ererê, a partir das atividades geradas pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável elaborado e implementado na área do Parque e junto às populações locais.

Para trazer à tona a base das distinções entre as duas lógicas que dão fundamento ideológico a estas diferentes formas de organização e reprodução social, uma presente no cotidiano dos moradores de Ererê e a outra trazida e exposta a eles pelos profissionais externos, através de projetos de desenvolvimento sustentável comunitário, no primeiro capítulo é apresentado um histórico e contextualização desta experiência, procurando situar a participação da autora bem como evidenciar os procedimentos metodológicos empregados.

No segundo capítulo são abordadas as referências teóricas que tratam das dicotomias realçadas na modernidade entre indivíduo e coletividade, comunidade e sociedade, bem como o papel que o desenvolvimento sustentável se propõe a assumir frente à problemática ambiental na Amazônia, entendida também como “fronteira à expansão moderna”, e a forma como as comunidades locais e os recursos naturais com os quais se relacionam podem ser por ele apreendidos.

O terceiro capítulo dedica-se à análise da constituição do Parque Estadual Monte Alegre enquanto estratégia de conservação da natureza, demonstrando suas interligações tanto com agentes financiadores quanto com agentes de mercado.

São analisadas no quarto capítulo as particularidades em termos de coletividade presentes na lógica de reprodução social dos moradores da comunidade, especificamente no caso do uso e gestão tradicional do buriti, e os contrastes desta com a lógica de desenvolvimento, demonstrada enquanto ideologia a subsidiar as propostas de desenvolvimento comunitário sustentável para Ererê.

Uma interpretação comparativa entre estas duas lógicas distintas, à luz da experiência vivida naqueles projetos, compõe a leitura interpretativa que é exposta no quinto capítulo junto à conclusão deste trabalho.

## **1 ANTECEDENTES, CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DESTES ESTUDO**

O primeiro contato com o tema da pesquisa apresentada neste trabalho, aconteceu enquanto cursava o quarto ano da graduação em Ciências Sociais, na Universidade Federal do Pará. Particpei, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, de uma equipe de pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, uma das mais antigas e renomadas instituições de pesquisas da Amazônia.

O projeto de pesquisa que desenvolvi como minha iniciação científica vinculava-se a um projeto de pesquisa maior, intitulado *Experimentos Agrícolas Alternativos e Beneficiamento do Buriti (Mauritia flexuosa) com base sustentável em comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre* (MPEG, 2001), que envolvia profissionais de variadas áreas do conhecimento. Trabalhando junto àquela equipe, tive oportunidade de entrar em contato com a pesquisa científica e com pesquisadores que atuam, por meio de seus projetos, na ampla discussão sobre o desenvolvimento na Amazônia. Aprender a fazer pesquisa passou pela observação e pelo exercício prático de sua forma de atuação em campo, na relação mantida com as comunidades rurais, alvo dos projetos, e do seu processo de produção de conhecimento acadêmico/científico, decorrentes das experiências originadas na atuação em projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Nesta ocasião conheci a comunidade rural onde aconteceu a experiência tratada na presente dissertação, e foi a partir daquela iniciação científica que as reflexões que hoje exponho puderam ser elaboradas.

O projeto da equipe de profissionais do MPEG acontecia no município Monte Alegre, situado na região do médio-amazonas, estado do Pará (Anexo 1).

Com uma população de 61.110 habitantes, dos quais 40.174 vivendo a área rural (IBGE, 2001), o município de Monte Alegre foi também uma das primeiras áreas de colonização da região amazônica. Destaca-se em seu histórico demográfico a implantação da política nacional de interiorização na década de 30 e a organização do primeiro assentamento na Amazônia, a Gleba Inglês de Souza (MPEG, 2001).

Os autores destacam que as atividades econômicas em Monte Alegre atualmente estão voltadas para pesca, pecuária e agricultura de subsistência com predominância

para o cultivo de milho, feijão arroz e mandioca. Citam também a cultura permanente de citrus e pimenta do reino como atividades que caracterizam a produção local.

A atuação da equipe de pesquisadores do MPEG neste município se concentrou na área do recém criado Parque Estadual Monte Alegre (Anexo 2), a partir de 2001.

Voltada para a pesquisa científica da área, e para a atuação junto às comunidades que se localizavam na região do entorno daquela Unidade de Conservação, o trabalho destes profissionais se deu através dos projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Na realização destes esteve envolta a questão ambiental, que trouxe à baila o debate sobre a relação entre as populações locais e a conservação da natureza, neste caso o uso que os moradores da área em volta do Parque davam aos recursos naturais existentes na região. Minha participação junto à equipe de profissionais teve como resultado um trabalho inicial (Magalhães, 2005) que tratou da relação que havia entre os moradores de uma daquelas comunidades, Ererê, com um dos recursos naturais de uso mais expressivo na área, o buriti.

Como o trabalho dos pesquisadores do MPEG consistia também, para além da pesquisa científica, em uma atuação que visava a busca de alternativas para desenvolvimento nas comunidades do entorno do Parque, meu foco de observação voltou-se para a questão da organização interna das comunidades, entendida então como elemento essencial para a efetivação dos projetos a elas propostos.

A dinâmica entre o coletivo e o indivíduo, focalizada na relação entre as práticas tradicionais em Ererê e as novas perspectivas para organização social trazidas pelos pesquisadores foi objeto da monografia com a qual concluí a graduação em Ciências Sociais (Magalhães, 2006).

Entretanto, foi durante o período em que cursei o mestrado em Desenvolvimento Sustentável, que as reflexões sobre aquela experiência puderam expandir o foco de análise para além dos limites da comunidade. No presente trabalho, além da comunidade Ererê, a comunidade de pesquisadores passou a ser considerada. E é a relação estabelecida entre ambas naquele encontro, enquanto dois grupos sociais que assumem papéis diferenciados, que se torna o eixo central deste trabalho.

Jessé Souza (2000) aponta a importância do debate e da crítica para qualidade do trabalho acadêmico, como contraposição à visão de que a realidade social pode ter sua compreensão teórica e reforma prática “imediatamente visível”, ao se observar os fatos. Esta é, segundo o autor, uma espécie de *ethos* presente tanto no senso comum como na própria comunidade científica.

Criticando esta forma de conhecer que chamou de sociologia espontânea, Souza (2000) chama atenção para o fato de que as relações de dominação, que se dão entre grupos sociais distintos, como os que são abordados no presente trabalho, se valem da ilusão do conhecimento imediato, visual, enquanto ocultam o que seria fundamental: sua forma de reprodução. O autor nos diz que os dados em si nada falam, a não ser o que já dizem os preconceitos vigentes.

A contribuição deste estudo sobre o fenômeno social dado pelo encontro de população local rural e pesquisadores, no âmbito das atividades de pesquisa e desenvolvimento, está na iniciativa de se procurar responder às questões sobre a organização comunitária em Ererê e os impasses de uma coletividade para projetos de desenvolvimento, a partir de uma visão externa aos limites da comunidade, na medida em que sua relação com a equipe de pesquisadores pôde ser analisada sob uma perspectiva crítica.

As áreas rurais e o tipo de vida em que as populações desses lugares se organizam, como na comunidade Ererê, tem sido tratada pelos profissionais que trabalham com projetos de pesquisa e desenvolvimento, como fronteira da expansão da economia capitalista, na medida em que aquela lógica de organização social presente nas comunidades rurais de base tradicional, se diferencia, em suas formas de reprodução social, da dinâmica individualista, típica da modernidade<sup>1</sup>, embutida nas práticas que visam o desenvolvimento.

Modernidade e desenvolvimento são conceitos fundamentais no campo ideológico onde se inserem este tipo de intervenções na Amazônia. Os profissionais da ciência detêm e lidam com conhecimentos posicionados de forma a desfavorecer a validade dos conhecimentos das populações locais. Ao se observar, entretanto, o modo de vida e reprodução social dessas populações e a forma íntima como suas práticas estão envolvidas com o ambiente onde se dão, considera-se nesta pesquisa que elas e seus conhecimentos tenham muito a ensinar em termos de gestão de recursos naturais.

As propostas de pesquisa que visam engendrar desenvolvimento junto às comunidades locais, discutem a problemática ambiental em termos de necessidade de conservação da natureza frente ao avanço de práticas predatórias de uso dos recursos naturais. Como contraposição a este avanço, apresentam a crença, também típica da

---

<sup>1</sup> Ao tratar da questão da *modernidade*, enquanto visão de mundo relacionada ao *projeto de mundo moderno*, diretamente vinculado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, nos remetemos às contribuições que a sociologia interpretativa de Max Weber deu a este tema (Weber, 2004).

modernidade, no papel da ciência como vetor na promoção do desenvolvimento, acrescido hoje da adjetivação *sustentável*. Dentro desta panorâmica, a atuação de profissionais de instituições de pesquisa para o desenvolvimento assume a posição de canal para a injeção de modernidade em lugares onde a falta dela pode ser entendida como ameaça à conservação da natureza.

As designações *comunidade e local* ao serem atribuídas a Ererê por parte do pensamento formal, burocrático, presente nos documentos gerados na relação interinstitucional, já marcam a distinção entre os dois grupos sociais que entram objetivamente em contato no contexto destas ações: as populações de moradores do lugar e os profissionais das instituições de pesquisa, cujo objeto de trabalho tem o caráter generalista do conhecimento científico, universalizante.

Este caráter está presente na dinâmica de gestão internacional dos recursos, também relacionada à intencionalidade das forças do modo de produção capitalista, que interliga o Estado brasileiro, representado, neste caso, pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, aos organismos internacionais de financiamento do desenvolvimento, como o Banco Mundial.

As ações desencadeadas a partir desta configuração institucionalizada têm repercutido na Amazônia, um dos maiores focos da atual questão ambiental, criando possibilidades para este tipo de encontro, entre o local e o global, realizado entre aqueles que chegam de fora, portadores de conhecimentos a serem transmitidos, e os estabelecidos em um lugar, a quem é destinada a proposta de um modo diferente de organização social, que recebem o externo e a ele dão resposta. Podemos considerar que esteja presente nesses encontros o constante processo de expansão que a modernidade tem engendrado nestas terras ao longo de toda sua história, bem como os percalços que dele decorrem. Entretanto, na atualidade, os atores sociais que os protagonizam precisam relacionar aos pretensos problemas decorrentes da ausência de desenvolvimento, os problemas que o próprio desenvolvimento traz como sua herança.

No bojo desta discussão encontraremos o conceito de *desenvolvimento sustentável*, cujas premissas têm estado presentes em programas governamentais brasileiros, especialmente os que tratam da questão ambiental, acoplando a necessidade de proteção ao ambiente, geração de renda e melhorias na qualidade de vida das população locais.

Um argumento que subsidia a concepção destes programas governamentais voltados à Amazônia, a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável, diz

respeito ao reconhecimento da necessidade de conservação da natureza implicando na busca de alternativas frente às práticas predatórias que avançam no território amazônico. É dentro desta concepção que o Estado brasileiro passa a fomentar empreendimentos de pequenos produtores rurais, em ações de caráter comunitário e com forte vinculação à natureza. Voltadas prioritariamente para o mundo do trabalho, essas ações concentram-se exatamente na relação que as populações mantêm com os recursos naturais de que dispõem e sobre os quais dedicam grande parte de suas atividades.

Está presente na iniciativa dos projetos aos quais este trabalho se dedica, também originada a partir de uma vinculação a um desses programas governamentais, a premissa de que as comunidades locais apresentam maior interesse na sustentabilidade de seus recursos do que o governo ou instituições distantes, e que estas populações possuem maior conhecimento dos processos ecológicos e das práticas tradicionais de manejo, o que aparentemente lhes confere uma espécie de “vocação” de protetores do ambiente em que vivem. Diegues (2000a), fazendo referência   ecologia social indiana, se afina a esta perspectiva ao afirmar que sociedades tradicionais *requerem* alta diversidade de recursos naturais. Pode-se deduzir, portanto, que o fato destas sociedades existirem hoje, da forma que existem, deve-se ao desenvolvimento de práticas culturais de utiliza o dos recursos que mant m a biodiversidade.   nesse sentido que o autor afirma que *assegurar a sobrevivência destas práticas   um excelente método para conservar a diversidade biológica* (Diegues, 2000a).

O início da atua o do MPEG em projetos de pesquisa e desenvolvimento na área onde se localiza a comunidade Ererê,   o processo de cria o do Parque Estadual Monte Alegre, em 2001. A elabora o do Plano de Manejo da unidade fica sob responsabilidade do MPEG. E a partir deste momento, abre-se espaço para uma atua o que envolve a discussões sobre a rela o entre as popula es locais e os recursos naturais da região.

A cria o deste Parque, evento que desencadeou toda uma série de a es posteriores, foi incentivada pelo Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia legal – PROECOTUR, que   coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, através da Secretaria de Coordena o da Amazônia. No período que abrange a realiza o da presente pesquisa, este Programa foi desenvolvido no estado do Pará pela Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conserva o – SNUC, um Parque   uma categoria de unidade de conserva o de prote o integral, que permite

apenas seu uso indireto. Esta modalidade de unidade de conservação visa impedir atividades que envolvam consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais da área, oferecendo abertura apenas para atividades de pesquisa científica ou de turismo ecológico (MMA, 2000).

O Parque delimita-se a uma área de 5.800 ha, inserida na Área de Proteção Ambiental Paytuna, também criada em 2001. Destaca-se por estar situado em um enclave de cerrado na Amazônia, exclusivo do Estado do Pará e por compreender a região das serras do Ererê e Paytuna, onde se localizam inúmeras cavernas, pinturas rupestres e sítios arqueológicos.

Barros (2003) explica que o fato de a área ter sido escolhida, no contexto do PROECOTUR, para implantação de pólos de ecoturismo, favoreceu sua inclusão também em programas de investimentos do governo do estado, com apoio de organismos internacionais.

No mesmo ano da criação do Parque, o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, instrumento de apoio para a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente, em parceria com o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO, criado dentro da política de conservação dos recursos da biodiversidade, do governo federal, lança o Edital FNMA/PROBIO n.º 03/2001, dividido em duas chamadas, que se destinava à seleção de projetos de

[...] planejamento e intervenção para a conservação e utilização sustentável pelas comunidades do entorno das Unidades de Conservação (UCs) Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nas categorias de proteção integral, localizadas em ecossistemas abertos<sup>2</sup> ( FNMA/PROBIO n.º 03/2001, p. 8)

O MPEG concorreu e aprovou junto a estas instituições a proposta *Planejamento Participativo para elaboração de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Comunitário*, respondendo à primeira chamada do Edital. Na segunda chamada, foram selecionadas as propostas para a implementação das ações indicadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável apresentado na chamada 1 e o MPEG mais uma vez concorreu e obteve o financiamento para o Projeto *Experimentos Agrícolas Alternativos*

---

<sup>2</sup> São considerados ecossistemas abertos aqueles que apresentam tipos de vegetação dos biomas da caatinga, do cerrado, do pantanal, de campos (rupestres, de altitude, gerais, sulinos e banhados), da zona costeira (restingas e manguezais) e marinha. Para o bioma Amazônia estão inseridos os ecossistemas abertos que contemplem as fisionomias de campinas, campinaranas e de cerrado encontrados na área da Amazônia Legal (Barros, 2003).

*e Beneficiamento do Buriti (Mauritia flexuosa) com base sustentável em comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre (MPEG, 2001b).*

O Edital FNMA/PROBIO n.º 03/2001, que tem como título *Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de proteção integral localizadas em ecossistemas abertos*, considera que “a implementação de áreas protegidas é uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade” e coloca em evidência as Unidades de Conservação de Proteção Integral, atribuindo-lhes um maior potencial de proteção à biodiversidade.

Com este Edital, o Ministério do Meio Ambiente visava induzir o envolvimento das populações na conservação da biodiversidade contida nas Unidades de Conservação das quais agora eram vizinhas, investindo em atividades para um “desenvolvimento ambiental e socioeconômico” que estivessem sobre “bases sustentáveis”, o que também pode ser expresso na seguinte passagem:

As propostas a serem apoiadas deverão pesquisar, planejar e demonstrar as possibilidades de sinergia entre os objetivos, finalidades, benefícios e serviços das UCs e os interesses e necessidades das populações do seu entorno, oferecendo formas, meios e oportunidades de **indução do desenvolvimento local sustentável, minimizando a pressão antrópica sobre as Unidades de Conservação**. (Edital FNMA/PROBIO n.º 03/2001. p. 9. Grifo nosso)

Vinculados ao Plano de Desenvolvimento Sustentável que foi aprovado para a área, em função da existência da UC, estão os projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que visam “a redução dos impactos negativos que as populações exerçam e/ou possam vir a exercer sobre o entorno e nas próprias UCs” e o “desenvolvimento ambiental e socioeconômico dessas comunidades”. Neles há o reconhecimento, tanto por parte dos organismos financiadores quanto das instituições que o promovem, de que as comunidades possuem saberes associados à biodiversidade local, e a necessidade da conservação destes recursos como condição para a manutenção das suas próprias práticas de reprodução social, o que também lhes conferiria uma espécie de vocação natural à conservação da natureza.

A intenção de garantir participação das comunidades nos projetos pode indicar que estes saberes são reconhecidamente importantes para a viabilidade da implantação da unidade de conservação, ao mesmo tempo em que se considera necessário oferecer às comunidades que vivem no entorno da UC, alternativas econômicas, via projetos de desenvolvimento. Estes, por sua vez, substituiriam possíveis atividades predatórias para

a biodiversidade da área do Parque, estimulando em seu lugar atividades produtivas e geradoras de renda, qualificadas como “negócios sustentáveis”.

É possível observar, portanto, dentro de um mesmo discurso a favor da conservação da natureza, argumentos contraditórios entre si, pois se por um lado as comunidades tradicionais são consideradas detentoras de conhecimentos e de manejo que conservam os recursos, por outro acredita-se que elas exerçam uma pressão ameaçadora sobre os mesmos, em função de suas supostas atividades predatórias que estariam a afetá-los.

O Edital que dá o direcionamento das ações estudadas neste trabalho tem como objetivo, em linhas gerais, a conservação da natureza conciliada à viabilização de alternativas econômicas que substituam estas possíveis atividades ameaçadoras a essa natureza. Consideramos a partir disso que ambos os argumentos estão presentes também na estratégia discursiva que dá a sustentação das iniciativas do Plano de Desenvolvimento de Sustentável.

Reconhecendo as práticas das comunidades voltadas ao uso e gestão dos recursos naturais como uma questão diretamente relacionada à conservação do Parque, a equipe de pesquisadores do MPEG se propôs a realizar o Plano de Desenvolvimento Sustentável tendo como premissa a participação das comunidades nas ações a serem implementadas.

O Edital indica como um aspecto obrigatório a formação do Conselho Gestor para acompanhamento das atividades referentes ao Plano de Desenvolvimento Sustentável, procurando por essa via garantir a participação das populações, incluindo-as em um grupo que envolvesse tanto representantes da instituição proponente, o MPEG, como das comunidades locais.

Em concordância com estas indicações, as metodologias a serem utilizadas a fim de garantir o “envolvimento” das populações são, portanto, as que possibilitassem sua participação, entendendo que para além de supostamente ameaçarem a conservação da biodiversidade do Parque, as comunidades pudessem colaborar para ela a medida em que seus representante estivessem envolvidos.

É por esta perspectiva que esta proposta voltada ao desenvolvimento alia-se à correntes de pensamento que defendem a valorização dos chamados conhecimentos tradicionais como estratégia ótima para a conservação da natureza, já que seriam justamente aquelas populações seus mais justos defensores, pois têm suas estratégias de

sobrevivência diretamente relacionadas aos recursos naturais existentes no ambiente, embora paradoxalmente também sejam suspeitas de práticas que ameacem os recursos.

Segundo Benatti *et al* (2003) os programas de manejo comunitário implantados na Amazônia na última década partem dessa premissa de conservação, coadunando o conhecimento da população com a necessidade que estas têm da natureza.

Ao tratar da questão das áreas protegidas, como é o caso do Parque Estadual Monte Alegre, Diegues (2000a) acredita que, na medida em que a pesquisa e o entendimento das relações entre sociedade e natureza aumentam, a natureza “selvagem” e suas paisagens são vistas como resultado de co-evolução, enquanto síntese interativa dos mecanismos de mudança social e natural (Diegues, 2000a p. 25).

O uso e gestão dos recursos naturais realizado pelas comunidades corresponde ao conteúdo coletivo de regras, normas, pautadas por uma lógica interna de valores consuetudinários, do qual tratam Diegues e Moreira (2001). Os autores acreditam que, estando baseados sobretudo na “lei do respeito” e em uma teia de reciprocidade social que os entrelaça, os indivíduos de uma mesma comunidade viabilizam um uso da natureza que é comum, em sistemas solidamente articulados, eficientes e legítimos, até onde se possa ter conhecimento de sua existência.

Esta interação com a natureza traduzida nas atividades produtivas como a agricultura tradicional e as práticas extrativistas, tanto na área de entorno como no interior do Parque, configura-se a partir do conjunto de costumes localmente instituído, baseado na formulação de saberes relacionados às experiências vivenciadas no ambiente local.

Sendo interpretadas dessa forma, as comunidades e suas práticas em relação ao ambiente podem passar do papel de ameaça à conservação da biodiversidade do Parque, para agentes que atuam em seu favor, enquanto construtores ativos da diversidade biológica natural (Diegues, 2000). Entretanto, esta lógica não chega a se completar no caso estudado, haja vista que a criação da UC e os projetos de desenvolvimento a elas vinculados constituem justamente uma tentativa de substituição da relação que os moradores mantinham com os recursos do Parque. Este passa a ser formalmente uma área que restringe o acesso e uso de seus recursos pelos moradores do que então se transforma em entorno da área da unidade de conservação.

No caso de Ererê, uma das comunidades localizadas no entorno do Parque Estadual Monte Alegre, a relação com a natureza tem como um dos seus maiores emblemas o uso extrativista do buriti, uma palmeira presente em extensas faixas nativas

que acompanham o rio Ererê, em áreas alagadas conhecidas localmente como *gapó*. Estas áreas não se localizam dentro dos limites do Parque, mas em seu entorno. Embora a dinâmica de uso da área do buritizal não esteja circunscrita pelos limites da UC, ainda assim traz implicações para a conservação do Parque. (Magalhães, 2005).

Em Ererê o uso do buriti passa por uma dinâmica de acesso comum ao buritizal. Modelos de acesso a bens de uso comum, invariavelmente trazem à tona discussões sobre as relações entre o indivíduo, vinculado ao seu núcleo familiar e o coletivo, que combina estas famílias, sobre os interesses que regulam cada uma dessas esferas, bem como as posturas de caráter individual a elas vinculadas. A produção dos derivados de buriti ocupa o segundo lugar como fonte de renda de uma crescente parcela das 60 famílias que hoje residem na comunidade, compostas prioritariamente por pessoas que se identificam como agricultoras (Magalhães, 2005; 2006).

O manejo comum do buriti e a coletividade tradicional em torno dele está presente na identidade comunitária. Os derivados de buriti oferecidos no mercado local, na sede do município de Monte Alegre, contam com o reconhecimento diferencial dos consumidores, por terem sua origem em uma comunidade que consolidou uma imagem vinculada a este recurso da natureza.

Em 2006 a comunidade realizou o sexto Festival do Buriti, promovido pela Associação de Produtores Rurais de Ererê – APRORE, evento que atrai pessoas de comunidades vizinhas e moradores de Monte Alegre e que fortalece a imagem, o símbolo do vínculo estabelecido entre aquela comunidade e o mundo natural onde ela desenvolve seus mecanismos de reprodução social.

No contexto do Plano de Desenvolvimento Sustentável elaborado para aquela área, o buriti assume lugar de destaque dentro dos projetos de desenvolvimento comunitário elaborados para Ererê. Na segunda fase do projeto apoiado pelo MMA, a APRORE recebe uma fábrica de beneficiamento de polpa, construída na comunidade.

Em 2005, também a partir das capacitações sobre elaboração de projetos realizada no âmbito do Plano de Desenvolvimento, a APRORE tem aprovado em seu nome o Projeto *Artesanato Manejado do Buriti como Forma de Conservação do Cerrado Paraense*, junto ao Programa de Pequenos Projetos Ecosociais do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, e passa a receber do Global Environment Facility - GEF, financiamento para uma oficina de produção e loja de artesanato e uma lanchonete, sob a justificativa de expandir as possibilidades de aproveitamento econômico do buriti, mote do primeiro projeto de desenvolvimento.

Apesar da intenção por parte dos profissionais de pesquisa em conceber projetos que estivessem vinculados às práticas locais, considerando esta uma condição para que se pudesse contar com a experiência e efetiva participação dos comunitários, as dificuldades para uma organização comunitária que não apenas fosse capaz de tocar a empreitada, como também distribuir benefícios, não tardaram a aparecer.

A vivência concreta dos desafios de trabalhar a coletividade, de incentivar uma ação coletiva visando o alcance de um bem comum, trouxe à tona questionamentos sobre o que se esperava que acontecesse a partir dos projetos, no que diz respeito à coletividade de Ererê, e sobre qual a origem das dificuldades para organização comunitária adequada aos projetos de desenvolvimento.

A fim de guiar uma investigação que não se distancie da experiência empírica, é necessário situar como pressuposto o fato de que, em termos de coletividade, Ererê possui larga experiência, observável especialmente no próprio trato com o buriti, onde a colaboração entre comunitários, o respeito mútuo e às regras consuetudinariamente estabelecidas, de acordo com o estilo de vida com o qual as famílias conviviam, são características.

Tanto a comunidade quanto a equipe de pesquisadores trazem consigo lógicas de ação próprias, experiências e entendimentos quanto à participação e coletividade que também são diferenciados. A fim de compreender os resultados do Plano de Desenvolvimento Sustentável enfocado, no que se refere aos seus desdobramentos em Ererê, faz-se necessário tratar da relação existente entre estes dois grupos que se diferenciam em inúmeras frentes, contextualizando-os e evidenciando os conflitos que se revelam na atmosfera deste encontro.

A partir desta experiência vivenciada em Ererê, onde a coletividade tradicional foi convidada a uma readaptação, face ao convite à elaboração e implementação de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, trazidos pelos pesquisadores, abriu-se um campo para investigações sobre as distinções entre o modo de organização tradicional e o sistema de organização presentes nas propostas dos projetos.

Para além de explicações baseadas em antigos preconceitos, como a indolência, ignorância ou uma suposta tendência natural ao individualismo, é necessário compreender quais são os fatores que respondem pelos obstáculos vivenciados e de que forma essas iniciativas poderiam realmente encontrar um êxito que pudesse ser apontado não apenas pelas instituições oficiais do Estado, mas principalmente pela população local.

Este trabalho, que visa aprofundar questões originadas da observação sobre a experiência da comunidade Ererê e profissionais do MPEG a partir dos estudos realizados pela autora e anteriormente citados, está partindo da constatação de que, apesar de possuir boa parte das prerrogativas de uma comunidade onde o Desenvolvimento Sustentável poderia encontrar terreno favorável, Ererê tem vivenciado dificuldades que limitam a efetividade dos benefícios que projetos de desenvolvimento originalmente visavam trazer para a comunidade. Compreender estes antagonismos, identificar suas manifestações e interpretá-las, foram objeto desta pesquisa.

Partimos da hipótese de que existe uma incompatibilidade social e cultural que se manifesta sob a forma de antagonismos e relações concorrentes, entre as estratégias tradicionais de reprodução social e de conservação da natureza, especialmente através do manejo do buriti, e a proposta de organização comunitária concernentes às ações do Plano de Desenvolvimento Sustentável, por via dos projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que nasceram em seu bojo.

Neste trabalho temos como objetivo cotejar a lógica de manejo tradicional do buriti, presente na coletividade de Ererê, com uma análise do processo de concepção e implementação do Plano elaborado pelos profissionais do MPEG, identificando os pressupostos das concepções de desenvolvimento comunitário, gestão e participação que dão respaldo às atividades desenvolvidas em seu âmbito.

O encontro entre grupos sociais distintos, enquanto processo que engendra formas colonializadoras de relação, sob a égide do discurso da modernidade, do desenvolvimento, é fenômeno que nos acompanha ao longo de toda a história, desde o nascimento do Brasil, e acreditamos tratar, neste trabalho, da experiência de mais um destes encontros, que se dá entre dois grupos sociais com limites nitidamente definidos, que marcam tanto a coerência interna de ambos quanto as profundas distinções que os separam (Santos, 2003).

### **Metodologia adotada neste estudo**

Como nos disse Max Weber (1999), “toda interpretação pretende alcançar evidência, mas nenhuma interpretação, por mais evidente que seja quanto ao seu sentido, pode pretender, como tal e em virtude desse caráter de evidência, ser também a interpretação causal válida”. De acordo com ele, é a observação sobre os resultados

efetivos da *luta dos motivos*, materializados na ação concreta, no curso efetivo da ação, que pode nos esclarecer a respeito da dinâmica social onde os indivíduos atuam.

O presente trabalho constitui uma reflexão interpretativa sobre a relação entre a lógica de pesquisa e desenvolvimento, presente no Plano de Desenvolvimento Sustentável implementado pela equipe de profissionais do MPEG, expressa na idéia do desenvolvimento comunitário, e a lógica de reprodução social de base tradicional, manifesta na dinâmica de trabalho que os comunitários mantêm com o buriti, em Ererê. Uma *luta dos motivos* é experimentada entre estes dois grupos sociais no contexto do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área do Parque Estadual Monte Alegre.

A análise da experiência apresentada neste trabalho está subsidiada pelas informações originadas durante a pesquisa realizada como iniciação científica da autora, cujo tema foi o uso e gestão do buriti; e a pesquisa realizada para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, da graduação em Ciências Sociais, apresentada à Universidade Federal do Pará, relacionada à dinâmica entre coletividade e individualidade para a gestão do buriti como recurso natural economicamente útil e de uso assentado sobre uma base comum.

O ponto inicial da reflexão sobre a coletividade de Ererê e suas particularidades, teve como foco a organização da comunidade para o trabalho coletivo dentro dos Projetos de Desenvolvimento, entendida como certa capacidade da comunidade para o trabalho coletivo visando benefícios comuns. Questão que perpassou a problematização inicial do presente trabalho, a organização comunitária era entendida enquanto “desafio” lançado à comunidade Ererê em virtude dos dois Projetos de Desenvolvimento Comunitário Sustentável, ambos relacionados ao uso do buriti: a fabrica de beneficiamento de polpa e a oficina/loja de artesanato.

Como o primeiro empreendimento implantado pela atuação do MPEG junto à comunidade estava focado no uso do buriti enquanto recurso natural economicamente útil, manejado pelos moradores de Ererê, justificou-se, do ponto de vista do projeto de pesquisa, a realização de um estudo mais detalhado da relação da comunidade com este recurso.

A partir da pesquisa de iniciação científica, de cunho etnobotânico, realizada junto à comunidade Ererê (Magalhães, 2005), dedicada à observação do histórico de uso e manejo do buriti pelos moradores, foi percebido que uma marca desta relação, de base tradicional e prioritariamente circunscrita ao mundo do trabalho, é a forma de gestão comunitária do buriti, muito anterior a todo o histórico de contato do Museu Goeldi na

área, assentada sobre o acesso comum dos moradores de Ererê ao buritizal, combinada a um saber fazer produzido pela comunidade há gerações e que corresponde a uma rede de valores e normas tácitas consuetudinariamente constituídas.

No presente trabalho, acolhemos a idéia de que a coletividade de Ererê para o acesso, uso e gestão do buriti deve ser considerado também como uma manifestação de uma forma de organização comunitária, e mais do que isso, que esta coletividade é uma marca da identidade da própria comunidade, interligando de maneira particular os indivíduos que dela fazem parte (Magalhães, 2006).

Houve portanto, no decorrer da presente pesquisa, uma transformação no horizonte de investigação: o foco da problemática extrapolou os limites da organização social da comunidade para os projetos de desenvolvimento, lá implantados por intermédio de uma instituição que atua em pesquisa e desenvolvimento, e passou a contemplar um panorama que situasse a efetivação destes projetos como um encontro entre duas lógicas notoriamente diferenciadas.

Consideramos que uma das faces da relação que a comunidade mantém com a equipe de pesquisadores, aquela pautada pela lógica de desenvolvimento que é canalizada por este grupo, construída através de um processo de capacitações para os comunitários, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável que coordena toda uma série de atividades dele derivadas, se materializa pela existência dos projetos de desenvolvimento comunitário que, embora de caráter participativo (respondendo inclusive aos indicativos dos organismos financiadores destas ações), corresponde a uma lógica estranha ao modo tradicional de manejo.

Para demonstrar a lógica de reprodução social de Ererê, enquanto comunidade pertencente ao entorno do Parque, incluída, portanto no Plano de Desenvolvimento Sustentável, foi posta em evidência a organização de base tradicional que existe na comunidade para o acesso ao buritizal e coleta/extração do buriti. Esta apresenta, entre suas características, um reconhecimento da necessidade de colaboração entre comunitários, o respeito mútuo e às regras compartilhadas, de acordo com o modo de reprodução social do qual as famílias compartilhavam.

A observação sobre estas práticas nos levou a considerar que a comunidade já apresentava com aquelas atividades, uma coletividade muito mais forte do que aquela que seria correspondente às novas formas de trabalho, vinculadas aos projetos de desenvolvimento que, por sua vez, requerem novas formas de organização social. Em função disso foi possível avaliar que aquelas novas formas de trabalho podem

representar, ao invés de fortalecimento da organização que já existia em Ererê, um estímulo ao trabalho visando benefício individual e a formação de grupos que se esforçaram para monopolizar os benefícios oriundos dos projetos.

A partir destas considerações surgiram as questões: De que forma o modo de trabalho tradicional e o sistema proposto a partir dos projetos de desenvolvimento se diferenciam; Em que medida há uma sobreposição entre as lógicas que os subsidiam? Como entender, na esfera da coletividade comunitária em Ererê, a emergência de tensões marcadas por uma sobreposição dos interesses individuais sobre os interesses para o “bem comum”, justamente em uma iniciativa que visava, em sua proposição, benefícios coletivos para a comunidade?

Tendo levantado questionamentos com este foco relacional entre as lógicas comunitária e das instituições responsáveis pelos projetos realizados, foi necessário detalhar a base da distinção entre ambas. O tema do desenvolvimento passa a ocupar um espaço central na discussão aqui proposta e quando acoplado à idéia de sustentabilidade, configura um dos eixos centrais que nos permitiu avaliar a prática comunitária frente às práticas estimuladas pelas instituições que elaboram o discurso do desenvolvimento sustentável, e que objetivam sua efetivação através destes tipos de projeto.

Para analisar o processo de concepção e implementação do Plano elaborado pelos profissionais do MPEG, identificando os pressupostos das concepções de desenvolvimento comunitário, gestão e metodologias participativas, foram pesquisados os documentos produzidos no contexto do Plano de Desenvolvimento Sustentável, como os Editais que intermediam a disponibilização dos recursos financeiros para as propostas.

Os documentos produzidos por parte do Museu Goeldi também trouxeram informações sobre os elementos teóricos que dão fundamentação à lógica de desenvolvimento sustentável comunitário que permeou as atividades realizadas pela equipe de profissionais junto à comunidade. Esta análise esteve focada em especial sobre os seguintes documentos:

- Edital FUNBIO/FNMA 03/2001;
- Proposta do MPEG à Chamada 1 do Edital FUNBIO/FNMA 03/2001, intitulada *Planejamento Participativo para Elaboração de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Comunitário*;
- Proposta do MPEG à Chamada 2 do Edital FUNBIO/FNMA 03/2001, intitulada *Experimentos Agrícolas Alternativos e Beneficiamento do Buriti (Mauritia*

*flexuosa*) com base sustentável em comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre;

- Projeto de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Monte Alegre, realizado pelo MPEG;
- Dissertação de Mestrado *A Valorização do Trabalho Humano no Contexto dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável: Uma Proposta para o Parque Estadual “Monte Alegre” – PA*, de Benedita da Silva Barros, membro da equipe de pesquisadores que atuou na área;
- Relatório do *Acordo de Uso do Buriti*, realizado na comunidade Ererê;
- Projeto *Artesanato Manejado do Buriti como Forma de Conservação do Cerrado Paraense*;
- Edital do Prêmio Chico Mendes. Menção honrosa recebida pela comunidade Ererê na categoria “Organização Comunitária”;

A vivência de que tratam estes textos escritos, posteriormente analisados, aconteceu entretanto, durante a efetiva participação da autora nas atividades dos projetos, tanto em capacitações voltadas aos comunitários quanto no acompanhamento de tarefas realizadas pelos moradores dentro da fábrica de polpa de buriti e oficina de artesanato, que permitiram um contato direto com as opiniões dos atores sociais envolvidos nestas atividades, incluindo participantes destas duas esferas, metodologicamente diferenciadas no presente trabalho: tanto os profissionais de pesquisa da equipe que atuou em Ererê quanto os moradores da comunidade.

A análise que pôde ser elaborada a partir desta vivência está subsidiada portanto pelas observações feitas tanto no período em que a autora acompanhou as atividades de trabalho cotidiano de Ererê, durante a pesquisa etnobotânica realizada junto aos moradores que trabalhavam com buriti (Magalhães, 2005); como também na participação em atividades concernentes aos projetos de desenvolvimento sustentável comunitário, promovidas em Ererê pela equipe de profissionais do MPEG. Entre elas, devem ser destacadas oficinas de capacitação (sobre planos de negócios e oficinas de artesanato), reuniões entre a equipe e os moradores da comunidade e reuniões da APRORE, acontecidas durante o período da pesquisa de campo.

O convívio direto com os comunitários, a possibilidade de vivenciar a profundidade do cotidiano dos moradores, permitiu a visualização de uma mesma

problemática por perspectivas muito diferenciadas. A questão da implantação do Parque Estadual Monte Alegre teve destaque dentro das conversas com os moradores, e em seu bojo abriram-se espaços para que se pensasse sobre a atuação daqueles agentes externos e a lógica que subsidiou suas ações naquele contexto local, bem como sua aproximação ou distanciamento da compreensão que tinham os moradores sobre o que estava a se passar na comunidade.

## 2 QUESTÕES TEÓRICAS E DE REFERÊNCIA

Não é recente a crítica ao conceito de desenvolvimento em suas vinculações à noção de progresso, bem como ao seu embasamento em teorias que acreditam na diferença evolutiva entre populações com maior ou menor uso da técnica racional burocrática. Descrita por Max Weber (2004) como prática de mediação entre o homem e o trabalho de acordo com uma racionalidade específica, a técnica racional desvincula o mundo do trabalho e da produção dos valores da tradição.

O autor, ao tratar dos processos de burocratização, refere-se às formas de agir e de pensar que existem não somente nos contextos organizacionais, nos ambientes das empresas capitalistas, mas que permeiam toda a vida social, transformando a maneira como as pessoas se relacionam entre si e com seu trabalho.

Esta racionalidade, que foi crescentemente colonizada pelo instrumentalismo científico, à medida que a ciência moderna foi posta a serviço da técnica, adquire um caráter dominante na sociedade contemporânea, por ter se disseminado por todos os planos da vida e da cultura. Abrange as estruturas econômicas, o direito, a administração burocrática e inclusive as artes. Esta ideologia racional, a racionalização da vida e a ética racional na economia, são apontadas por Weber (2004) como parte do processo de constituição do capitalismo moderno.

Em paralelo a esta dinâmica de desenvolvimento do capitalismo moderno, Mancebo (2000) menciona a existência de uma dinâmica individualista, típica da modernidade, como um dos dispositivos centrais em um processo de rebaixamento da subjetividade, que a um só tempo é capaz de gerar nos indivíduos assentimento e ignorância.

Este processo, observável, por exemplo, no cotidiano dos trabalhadores urbanos, nos centros industriais, consiste na submissão do indivíduo aos ditames de um ciclo “quase biológico” de atendimento de suas necessidades e de sua satisfação. Segundo a autora, ao passo que a autoridade da tradição se desfaz na modernidade, abrindo espaço para a emancipação do sujeito (o que o foi o eixo central do grande projeto dos pioneiros pensadores da modernidade<sup>3</sup>), nosso século vem preenchendo a lacuna

---

<sup>3</sup> O projeto do *desencantamento do mundo*, engendrado pelo pensamento iluminista, é um conceito desenvolvido na obra weberiana e descrito por Rouanet (1993) como elemento constituinte do processo geral de racionalização do Ocidente, vivenciado na modernidade. O racionalismo que impõe a impessoalidade como princípio de orientação e supõe a consciência como guia privilegiado para a ação

“emancipatória” com uma individualização dos comportamentos, traduzida hoje em dia por uma submissão de toda a realidade humana "aos ciclos devoradores do consumo" (Mancebo, 2000).

O binômio modernidade/tradição, que neste contexto parece apresentar-se como mutuamente excludente, vem à tona neste trabalho quando são consideradas as distinções entre a lógica de ação comunitária, enraizada nas práticas locais e a perspectiva mais universalizante da idéia de comunidade que as iniciativas de projetos de desenvolvimento comunitário, ligadas à pesquisa e desenvolvimento na área ambiental, utilizam para tratar de populações locais.

No caso estudado pelo presente trabalho, a implementação de projetos de caráter produtivo em pequena escala assume o papel de veículo de modernidade, voltados à populações onde se considerou que houvesse a ausência das características desta modernidade e de um funcionamento adequado das práticas econômicas capitalistas.

Os projetos de desenvolvimento comunitário, tal como podem ser visualizados enquanto formulação na documentação oficial elaborada por órgãos do poder público, disponibilizada à sociedade e, mais especificamente, às instituições que atuam em pesquisa, estão imbuídos da tarefa de oferecer a determinadas populações, no caso em foco comunidades rurais da Amazônia, uma porta de entrada à dinâmica moderna de mercado, via produção de caráter comunitário.

A pesquisa associada ao desenvolvimento, difundida com a expressão *pesquisa e desenvolvimento* (P&D), tem maior aplicabilidade a atividades implementadas por grandes indústrias, empresas do grande capital, em parceria com instituições de pesquisa e instituições acadêmicas. Entretanto devemos considerar que no caso observado, a combinação da atuação de pesquisadores, respaldados pelo conhecimento científico, com a busca de estratégias produtivas de base comunitária que promovam o desenvolvimento via geração de renda, também configuram uma estratégia digna de receber a designação de pesquisa e desenvolvimento, enquanto categoria de intervenção do Estado na dinâmica social.

O atributo da sustentabilidade, que dá um diferencial a estas iniciativas, tem sua origem nas práticas tradicionais de relacionamento entre as populações, também chamadas tradicionais, com a natureza. Como são populações rurais, com fortes

---

humana, institui a ciência moderna como instrumento que permitiria aos homens livrarem-se enfim das amarras da tradição e alcançar a liberdade, a emancipação racional dos sujeitos.

vínculos com o local onde moram e desenvolvem, há gerações, suas práticas de reprodução social e estratégias produtivas, existe uma densa e profunda vinculação destas comunidades aos recursos naturais, que podem ser consideradas relações de interdependência, onde a experiência originada da prática tradicional dá a base às formas particulares de uso e manejo que na prática têm-se demonstrado sustentáveis.

Portanto, ao mesmo tempo que está presente na lógica do discurso de desenvolvimento que dá subsídio aos projetos pesquisa e desenvolvimento comunitário, o mesmo processo de burocratização que desencadeia mudanças no sistema de organização social baseado no plano de valores, é a própria base tradicional das práticas comunitárias que lhes confere a qualificação, tão enaltecida na atualidade, de sustentáveis.

Apesar de existir uma vinculação imediata e necessária entre o fato de que as atividades de uso dos recursos naturais podem ser consideradas sustentáveis justamente por estarem calcadas em uma base comunitária de acesso e uso dos recursos, os projetos de desenvolvimento comunitário trazem consigo uma perspectiva de substituição daquelas práticas tradicionais, que são engendradas na dinâmica comunitária, e que exercem uma autoridade sobre a ação individual que é de caráter tradicional, para uma organização orientada para os objetivos racionais, de eficiência da produção, que passa a assumir um papel de destaque, em detrimento das relações sociais entre os indivíduos que produzem.

Weber (2001) indica como sendo da esfera comunitária as formas de ação afetiva que produzem as relações pessoais, de base coletivas, que conferem ao conceito de comunidade a noção de comunhão, bem comum, que na realidade empírica observada em comunidades rurais na Amazônia, como a comunidade Ererê, podem se traduzir nas relações sustentáveis que a população mantém com o ambiente, e com os recursos para o trabalho nele encontrados.

Fichter (1973) diz que comunidade, em uma definição técnica, é um grupo territorial de indivíduos com relações recíprocas, que se servem de meios comuns para lograr fins comuns. O fato de os moradores compartilharem de uma vida essencialmente ligada ao solo, dá à noção de comunidade o sentido e um sentimento de pertença.

Na comunidade e em relação a ela, se tem consciência de pertencer tanto ao grupo como ao lugar, sendo a comunidade considerada também em relação ao seu meio físico, onde os indivíduos compartilham de ascendência étnica análoga, nível econômico e de instrução formal similar (Fichter, 1973).

Assim como a relação que pode ser destacada entre a visão sobre o campo em contraposição à cidade, a noção de comunidade e de suas práticas tradicionais vinculada à idéia de um passado (evolutivo) é forjada como contraposição à idéia ampla de sociedade, que vivencia o processo de modernização, quando as relações solidárias, coesas, espontâneas, cotidianas e permanentes, que possibilitam a formulação de identidades comuns aos indivíduos, são substituídas pelas novas formas de organização, que por sua vez são pautadas pelos valores da racionalidade burocrática.

O manejo do buriti na comunidade Ererê, é entendido aqui enquanto expressão de uma coletividade portadora daquelas práticas do cotidiano tradicionalmente estabelecidas, interligada com a esfera do trabalho, onde se engendram as relações sociais comunitárias, de gestão coletiva do espaço vivido. Observar como a dinâmica social em Ererê se manifesta em torno de um recurso do ambiente, o buriti, foi o que tornou possível vislumbrar de que formas o manejo comunitário tradicional, enquanto modo de produção, pode posicionar-se de maneira antagônica à lógica capitalista de maximização da produção, que está articulada à noção de modernidade e de desenvolvimento.

O manejo comunitário de recursos da natureza, quando forjado a partir das práticas tradicionais, pode ser considerado um elemento privilegiado para que se possam observar estas contradições. De acordo com Benatti *et al* (2003) é a partir da década de 80 que o conceito de manejo comunitário de recursos naturais vem à tona com maior intensidade, quando cientistas naturais e sociais insistiam em demonstrar a relação entre degradação ambiental e questões de justiça social, empobrecimento rural e direitos indígenas. Segundo os autores, o conceito traz consigo as práticas de gestão participativa, disseminadas na Amazônia no final do século XX, quando vários grupos de produtores familiares rurais se envolveram em iniciativas de manejo comunitário, em resposta às diversas pressões sobre os recursos naturais comuns de que dependiam.

Mckean e Ostrom (2001) observam que estranhamente, o termo “propriedade comum”, vinculado à idéia de manejo comunitário, parece ter sido cunhado como referindo-se à ausência de posse ou a recursos de total livre acesso – aos quais direitos e responsabilidades não tenham sido definidos – e não a uma determinada forma de propriedade. As autoras lembram que as ineficiências e a exaustão de recursos, relacionadas às situações de livre acesso são bem conhecidas e foi a partir de considerações sobre este tipo de situação que Hardin (1968) formulou sua seminal teoria sobre os comuns, pressupondo que indivíduos egoístas que exploram bases comuns de

recursos irão depredá-las em detrimento do todo, propondo, a fim de evitar a *tragédia*, que instituições comunais, nas quais reinariam indivíduos descompromissados, fossem substituídas pela propriedade privada e por maiores imposições governamentais, a fim de reverter as ações da maioria que, cegamente, acha-se livre para consumir mais recursos do que devem e preda o que afinal parece não pertencer a ninguém (Goldman, 2001).

Entretanto, sabe-se que em regimes de posse comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, assim caracterizando uma forma de propriedade, ao invés de sua ausência. Na verdade, existem direitos e eles são comuns a um determinado grupo de usuários e não a todos, portanto a posse comum não se caracteriza por acesso livre a todos, e sim como acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns (McKean e Ostrom, 2001).

Esta característica é marcante ao se observar o caso dos comunitários de Ererê onde o acesso a uma vasta área de buritizal nativo é permitido apenas aos moradores da comunidade. Os comunitários demonstram sério desagrado quanto à idéia de que outros *invadam* o buritizal que *é de Ererê*. Apesar disto, deve-se mencionar que mesmo que os comunitários decidissem restringir as possibilidades de potenciais usuários externos, encontrariam grandes dificuldades para fiscalizar o espaço e impedir o acesso de outros, afinal o buritizal ocupa uma área muito extensa, distanciada das residências. Esta conformação da área onde é realizado o extrativismo do buriti e a maneira como os comunitários lidam com o manejo deste recurso natural de maior destaque em Ererê, revela a presença de uma coletividade peculiar, combinada ao seu modo de reprodução social tradicional.

A forma coletiva de apossamento dos recursos naturais e a presença de práticas de trabalho familiar, baseadas especialmente no agroextrativismo são características da posse agroecológica da qual trata Benatti (2002), e que podemos considerar ser a marca do acesso ao buritizal pela comunidade Ererê. O autor comenta que nesse tipo de espaço há o uso individual de determinados recursos naturais, mas não há posse individual e que ao utilizar um determinado recurso, aquele que o usa adquire direitos sobre esse bem, como no caso dos moradores de Ererê que depois de derrubarem os frutos da palmeira, os deixam permanecer no local cerca de quatro dias, quando tornam-se completamente maduros e só então voltam para buscá-los. Neste período, qualquer outro coletor que passar pelo local onde encontram-se os frutos do primeiro,

compreende e respeita o uso individual mesmo estando dentro do espaço de uso coletivo.

Torna-se, portanto, evidente em Ererê a existência de uma lógica interna vinculada a um conjunto de regras e valores consuetudinários do qual tratam Diegues e Moreira (2001), baseados sobretudo na *lei do respeito* e em uma teia de reciprocidade social que possibilite o uso comum em consonância com os interesses individuais.

É necessário assinalar que por ser uma *comunidade*, Ererê não é imune a divergências entre indivíduos e grupos internos. É cingida por solidariedades em diferentes dimensões, observadas, por exemplo, no manejo de base tradicional dos recursos naturais, onde está presente o exercício de manutenção das relações múltiplas entre as vontades humanas, em uma vida real e orgânica, como mencionado por Tonnies (1973), ao tratar do conceito de comunidade.

O autor percebe a valorização à vida no campo como um reconhecimento de que lá a comunidade é mais forte e mais viva entre os indivíduos. A esta interpretação devemos somar as considerações sobre as divergências internas às famílias de uma mesma comunidade, evitando considerá-la um todo homogêneo.

Existem princípios de diferenciação interna às comunidades camponesas, de acordo com distintas categorias de famílias, que estão relacionadas às suas condições materiais de reprodução econômica e a forma como o sistema econômico de base rural, engendrado socialmente por estas famílias, se articula à economia regional (Sá, 2007).

Para além desta dimensão, a autora indica que cada modo de produção se articula também a relações de causalidade e compatibilidade estruturais com formas de relações políticas, ideológicas, religiosas, entre outras. Em função disso, o modo e as relações de produção não podem ser compreendidos como um domínio autônomo em relação à organização social, mas que se articula, como qualquer outro, de modo específico com os demais níveis e instâncias do social (Sá, 2002).

As distinções entre as famílias, enquanto unidades econômicas que são simultaneamente unidades de produção e consumo, podem ser percebidas em nível de conhecimento técnico e especialização em relação a determinadas atividades produtivas, como a agricultura, a pesca ou o extrativismo; ou na disponibilidade, que é flutuante, de membros aptos para desempenhar as tarefas produtivas, bem como na composição por gênero e idade.

A dinâmica de diferenciação interna, segundo Sá (2007) é um processo endógeno particularmente revelador da flexibilidade com que a economia camponesa se

adapta à economia englobante e não deve ser desconsiderado quando se busca compreender de que forma a lógica própria à comunidade internaliza as regras econômicas do modo de produção dominante.

A existência de dinâmicas de diferenciação interna em Ererê pode ser exemplificada pela presença da APRORE, que pode representar uma clivagem na comunidade. As distinções entre as famílias dos que são associados e dos que estão fora da associação foi realçada com a existência dos projetos de desenvolvimento comunitário, que por sua vez necessitavam de uma representação legal de caráter jurídico, que só pôde ser oferecida pela associação, previamente existente na comunidade.

Portanto, dentro da coletividade mais geral atribuída à comunidade Ererê, podemos considerar a existência de outros núcleos de coletividade pautados por processos internos de diferenciação.

De acordo com Mouffe (1992), a coletividade não configura nem um agregado de interesses individuais como nos quer fazer crer o pensamento liberal, tampouco deve estar vinculada unicamente à noção de bem comum, como valores compartilhados que devem determinar e unificar as posições dos sujeitos políticos.

Para a autora, os indivíduos se inserem no espaço de discussão coletiva, ou na *comunidade política*, em decorrência de seu interesse de associar-se para agir e, o que é mais significativo no caso de Ererê, *participar* do processo de tomada de decisões para o grupo. Esta participação, como a possibilidade da ação política em resposta a dilemas coletivos reconhecidos como tal pela comunidade, pode ser traduzida como a *união para melhorar* de que falaram os comunitários quando questionados sobre a importância da organização comunitária (Magalhães, 2006).

E importante salientar que esta união pautada principalmente pela tolerância entre os próprios comunitários, deveria acontecer como um processo que se configuraria à partir da realidade interna da comunidade onde, como trata Mouffe (1992), o que os indivíduos compartilham não seria a presunção de consenso prévio ou uma visão homogênea quanto à solução dos conflitos em jogo, mas o compromisso derivado da decisão de reconhecer como legítimas as suas diferenças e de associar-se em função de sua decisão de agir em comum para alcançar objetivos públicos.

Mouffe (1992) diz que esse processo envolve uma prática comum, através da qual seus membros definem condições específicas para realizar o seu compromisso público e mais do que definir fins últimos da ação dos indivíduos, estabelecem as regras

e as práticas que eles aceitam firmar para agir em comum. Esse compromisso estabelece as bases das relações de lealdade entre atores que, por circunstância ou por escolha, estão associados entre si.

A tradição e os sentimentos foram considerados por Park e Burgess (1973) como formas de consenso quase tanto como constituições, regras e eleições, originados de decisões grupais em que todos os membros decidem consciente e racionalmente.

De acordo com os autores, competição, segregação e acomodação servem para manter as distâncias sociais, fixar o status e preservar a independência do indivíduo na relação social. Para eles, uma sociedade em que todas as distâncias físicas tanto quanto psíquicas fossem abolidas, ou as intimidades fossem absolutas, seria uma sociedade onde não haveria pessoas nem liberdade (Park e Burgess, 1973).

O *antagonismo político* de que trata Mouffe se afina melhor com esta perspectiva do que com a noção idílica de comunidade como um conjunto heterogêneo de indivíduos indiferenciados que apenas competem entre si.

Fica claro que para se compreender como o conceito de *bem comum* funciona na práxis de uma comunidade como Ererê, as esferas de interesses e inclinações individuais e a esfera coletiva não podem ser simplesmente condensadas.

A relação entre os pólos da individualidade e coletividade devem ser vistas como relações baseadas na lógica da equivalência e da diferença. Estas relações antagonicas, como trata Mouffe (1992), para colocarem-se como antagonismos políticos, devem ser entendidas a partir não somente da reivindicação pela equivalência, mas principalmente pela reivindicação da diferença, já que, desta forma, a tentativa de se instalar um discurso sobre a identidade “nós” é dada pela possibilidade do reconhecimento do discurso da identidade “eles”, como um constitutivo externo ao próprio “nós”.

A autora aponta que a possibilidade deste coletivo está sustentada na diferenciação de um “eles”, ou seja, na esfera do político, o consenso é tão precário quanto a relação de exclusão; em outras palavras, o consenso está sempre sendo dado sob algum nível de exclusão, formando-se assim enquanto um consentimento possível, o que implica em um processo articulatório. A exclusão é, portanto, um constitutivo presente em todas as formas de constituição de um “nós”.

A percepção desta relação de antagonismo como descrita por Mouffe (1992) não pede como sua possibilidade final o consenso. Como este poderá se dar apenas ao excluir a exterioridade da concepção coletiva, o antagonismo que é permanente alimenta

uma tensão necessária para o espaço democrático, evitando assim um sujeito coletivo totalizado e fechado sobre si mesmo, mais um constitutivo externo como impossibilitado de constituir-se como um possível “nós”. A idéia central ao apontar para as fronteiras do político é poder entender que a possibilidade da comunidade política está no seu sempre constitutivo externo, e este como possibilidade também é a impossibilidade do fechamento desta comunidade sobre si mesma.

É vital reconhecer que, para a construção de um “nós” é necessário distingui-lo tanto de cada “eu”, como elemento individualizante, quanto de um “eles” e que todas as formas de consenso estão baseadas em atos de exclusão, pois a condição de possibilidade de uma comunidade política é ao mesmo tempo a condição de impossibilidade de sua inteira realização (Mouffe, 1992).

Neste sentido, Moisés (2005) aborda a idéia de comunitário como uma tentativa de contraposição com suas exterioridades, inclusive às inclinações individuais e de exteriorização da coletividade, e este conflito não poderia conciliar-se simplesmente como um consenso razoável. Nesta medida, o comunitário não correria o risco de totalizar-se, dadas as contingências articulatórias em sociedades cada dia mais complexas. A comunidade poderia ser como mais uma das formas de identificação possível dos sujeitos, mas não aquela que impede a pluralidade de outras formas ao definir o consenso sobre a liberdade individual.

O desafio a partir daí, encontra-se na busca das possibilidades para que as representações individuais possam se manifestar na configuração dinâmica do coletivo, convivendo com permanente conflito, próprio das interações.

É ilusório se esperar que se instaurem na atualidade modelos de ação social pautados pela preocupação exclusiva com o “bem comum”, como ente que transcenderia os interesses individuais. Bignotto (2005) diz que melhor seria que se falasse em “interesse comum”, o que quando pensado na realidade de uma comunidade que lida com recursos naturais comuns, se torna mais prático por possibilitar que se pense em ações sociais relevantes.

A discussão sobre a coletividade em Ererê torna-se fundamental a partir do momento em que, em função do Plano de Desenvolvimento Sustentável, a comunidade é convidada a discutir novos parâmetros para o uso e a gestão do buriti, que passariam a lidar com o recurso sob uma nova perspectiva. No contexto do Plano, proposições para uma nova coletividade são engendradas. A partir de oficinas e cursos de capacitação, comunitários são introduzidos em uma lógica de trabalho e organização social distinta

das já conhecidas e operacionalizadas em seu cotidiano, chamadas por Diegues (2000a, p. 30; 2000b, p. 93) de pequena produção mercantil e é esta produção que articula a economia local da comunidade à economia regional.

De acordo com o autor, o conhecimento que as comunidades possuem, seu saber e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração, também articula-se hoje ao modo de produção capitalista, e a pequena produção mercantil, considerada marca da produção tradicional, também se transforma. Sua maior ou menor dependência dos elementos urbano/industriais das sociedades consideradas não-tradicionais pode ser indicador das transformações das relações entre população e natureza nas comunidades, também em maior ou menor grau.

As atividades realizadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento tanto respondem à preocupação com a conservação da biodiversidade como podem ser consideradas promotoras deste encontro entre práticas tradicionais de produção e lógica de mercado capitalista.

Com vistas ao desenvolvimento de Ererê, as instalações físicas da fábrica de beneficiamento de polpa de buriti e a oficina e loja de artesanato são construídas e representantes da comunidade recebem capacitações para tornarem-se hábeis a desempenhar novas funções dentro destas novas instituições.

Financiados de modo a que a comunidade pudesse apresentar como “retorno” os benefícios gerados de forma coletiva, tendo como prioridade a geração de renda através de trabalhos que substituam possíveis atividades predatórias à natureza, estes projetos precisaram lidar, entretanto, com uma série de resistências dentro da comunidade.

Deste encontro entre estes dois grupos, os pesquisadores e os moradores da comunidade, surgem antagonismos. A lógica comunitária, que como estudado por Woortmann (1995) tem em sua base os laços primários de parentesco, vizinhança, territorialidade, compadrio, as relações econômicas, políticas e religiosas, configurando uma complexa teia de relações orgânicas, se distingue da lógica trazida no bojo dos projetos de desenvolvimento comunitário sustentável. Esta última mais se aproxima às práticas que têm por fundamento os elementos da mentalidade racional burocrática, na qual, as relações entre as pessoas são mediadas pelos já mencionados mecanismos formais de regulação (Weber, 1999).

Este processo de formalização das relações, exigido para que instituições como a associação de moradores tenha maior eficiência, proporciona a emergência da individualização como quebra de outros valores coletivistas, o que é aparentemente

contraditório, afinal a intenção dos profissionais externos, em seu discurso manifesto, é justamente fortalecer estes valores coletivistas, compreendendo que dessa forma estariam resguardadas suas práticas sustentáveis de uso da biodiversidade.

O desenvolvimento comunitário sustentável, objeto de interesse das instituições que levam à frente os projetos implantados em Ererê, por aliar aos indicativos para o desenvolvimento das populações o quesito sustentabilidade, demonstra ter em seu bojo o referencial do desenvolvimento sustentável. Este referencial está presente em iniciativas envolvendo tanto instituições públicas como o MPEG quanto ONGs, e comunidades locais na Amazônia, que têm enfocada em projetos cujo pano de fundo é o discurso do desenvolvimento sustentável, suas formas de uso e relação com a natureza.

Entretanto, como Pires (1998) reflete, o paradigma condensado no conceito de desenvolvimento sustentável expressa mais uma insatisfação com o padrão atual de desenvolvimento do que uma versão acabada de teorias e práticas de um novo patamar na relação sociedade natureza. Por conta disso o autor considera claros os riscos que esse paradigma incorre: “ao mesmo tempo em que pode significar uma alternativa a racionalidade geradora do atual modelo de desenvolvimento, pode também representar uma revalorização desta racionalidade” (Pires, 1998, p. 63).

A lógica das estratégias que visam engendrar o desenvolvimento de comunidades, estimulando práticas produtivas comunitárias voltadas para um mercado ampliado, visa organizar a comunidade de modo que sua produção alcance consumidores que estão para além do mercado local (com os quais estas populações já se relacionam).

Os chamados *negócios sustentáveis* estão situados dentro desta linha e visam, de acordo com a perspectiva dos atores externos às comunidades e que atuam junto a elas, estimular práticas que gerem desenvolvimento, que em estrito senso pode ser equivalente à geração de renda, via uso sustentável da biodiversidade. Ao mesmo tempo, estas iniciativas de apoio à produção junto a populações na Amazônia, visam contribuir para a conservação dos recursos da natureza que estão protegidos em Unidades de Conservação, das quais eventualmente estas populações são vizinhas ou moradoras, e cujo uso torna-se restrito em função da existência das UCs.

Todas essas medidas que visam na atualidade a conservação da natureza estão vinculadas ao discurso do desenvolvimento sustentável e embora este tenha uma origem essencialmente política, ao longo de sua construção incorporou proposições, hipóteses e dados científicos. Sendo assim, pode-se dizer que se trata de um discurso político-

acadêmico, pois embora tenha uma enorme importância política, conserva também um caráter científico e sua cientificidade é, inclusive, condição para sua legitimidade (Silva 2005). Para a autora, os discursos científicos e acadêmicos em geral, assim como de todo o sistema de produção tecnocientífica, precisam oferecer subsídios para a formulação de um novo discurso de desenvolvimento, que atenda ao quesito da sustentabilidade, mas que afirme as necessidades que só podem ser visualizadas a partir de uma perspectiva local, vinculadas às necessidades, prioridades, e estilo de vida das populações que vivem no local.

Apesar disto, a ciência da modernidade que está diretamente vinculada à lógica de mercado capitalista, mostra sua dificuldade em considerar salutares as outras formas de conhecer e lidar com o mundo.

Como abordado por Silva (2005), a idéia de que o progresso técnico e a industrialização, gerido pelo mercado auto-regulável, subsidiado nos conhecimentos originados pela ciência da modernidade e que supostamente levariam a uma sociedade justa, não chega a cumprir suas promessas. A partir dos problemas de caráter eminentemente socioambiental vivenciados pelas sociedades contemporâneas, abre-se espaço para que possam emergir teorias reconhecendo e valorizando distintas formas de relação entre as populações e os recursos da natureza, bem como dá substância à crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

O discurso de divulgação da ciência esconde os erros e o caráter provisório dos conhecimentos científicos, procurando vende-los como verdades absolutas. Uma das conseqüências apontadas por Silva (2005, p. 9) é a “conversão da ciência em potência tutelar, tornando a vida das pessoas comuns cada vez mais dependente dela, e portanto, dependente de conhecimentos que não podem gerar, mas somente comprar”.

Em face destas circunstancias está a pertinência do debate sobre o multiculturalismo e a teoria da tradução dos quais trata Santos (2002; 2003; 2005;). Esta abordagem diferenciada apresenta seu valor nesta discussão na medida em que permite pensar a coexistência de formas culturais, ou de grupos caracterizados por culturas “diferentes” no seio de sociedades “modernas”. Tem aqui especial importância as versões emancipatórias do multiculturalismo, que se baseiam no reconhecimento da diferença e do direito à diferença, assim como da coexistência ou construção de uma vida em comum além da diferença de vários tipos.

De acordo com Santos (2005), criar inteligibilidades mútuas, articular diferenças e equivalências entre experiências, culturas, formas de opressão e resistência configura

um desafio às iniciativas, que como no caso ora estudado, coadunam formas de conhecimento díspares e hierarquicamente sobrepostas.

A abertura ao diálogo que permita a emergência de uma *ecologia de saberes*, na qual a ciência e a pesquisa e desenvolvimento possam articular-se a outras formas de conhecimento, possibilitaria que a desqualificação mútua fosse evitada e ao invés disso, que se pudesse aproveitar as contribuições de origens tão distintas, garantindo as condições de existência dos modos tradicionais de reprodução social e a conservação da natureza, diretamente vinculada a estes modos.

Santos (1996) nos aponta que é desde o século XVII que as sociedades ocidentais têm vindo a privilegiar epistemológica e sociologicamente a forma de conhecimento que designamos por ciência moderna. Quaisquer que tenham sido as relações entre esta ciência e as outras ciências anteriores – ocidentais e orientais – esta nova forma de conhecimento concebeu a si própria como uma ruptura em relação ao passado, a chamada revolução científica. Mais tarde viria a ser caracterizada como um novo começo no campo do conhecimento.

Desde então, o autor aponta que o debate sobre o conhecimento, como categoria analítica ampla, centrou-se no que era gerado pela ciência moderna, nos fundamentos da validade privilegiada do pensamento científico, nas relações deste com outras formas de conhecimento, nos seus processos de produção e no impacto de sua aplicação.

O conhecimento científico, do qual os profissionais que atuam em pesquisa e desenvolvimento podem se valer, tem historicamente submetido os conhecimentos produzidos a partir de outra origem, ontologicamente distintos, a uma situação de invisibilidade, com relação a sua capacidade explicativa sobre a realidade.

A ciência, que passa a desempenhar o papel de *geradora ou validadora dos conhecimentos válidos*, também é utilizada para desqualificar ou saberes de outra natureza. (Silva, 2005). O saber e saber-fazer local, situado, tem sido desqualificado frente a um conhecimento que é capaz de adaptar-se às forças de mercado, haja vista as vinculações e parcerias estabelecidas entre a ciência e o capitalismo, brevemente abordada no primeiro capítulo.

A crítica ao monopólio do conhecimento verdadeiro, inspirada pelas proposições de Santos (1996, 2005, 2006), nos convida a questionar a neutralidade das práticas científicas e tentar “reconstituir os diferentes modos de relacionamento dos cientistas com contextos institucionais, com os seus pares, o Estado, as entidades financiadoras, os interesses econômicos ou o interesse público, com a finalidade de desmascarar a

idéia de ciência neutra” (Santos, 2006, p. 145 e 146). Pois é esta idéia que está a subsidiar a continuidade da valorização de conhecimentos exógenos à realidade local em detrimento do conhecimento produzido a partir da realidade vivida.

### **3 CIÊNCIA E CAPITAL NA LÓGICA DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

Este capítulo tem por objetivo demonstrar a relação existente entre a criação do Parque Estadual Monte Alegre enquanto estratégia por parte do Estado brasileiro para a conservação da biodiversidade, suas vinculações a uma dinâmica de financiamentos e interesses econômicos que perpassam a atuação de instituições para além do Estado. A partir destas considerações, procuramos refletir sobre seus desdobramentos no contexto local, ponderando as ações referentes aos projetos de desenvolvimento comunitário implantados em Ererê, que aliam a conservação da biodiversidade à intenção de inserir a produção comunitária numa escala de mercado ampliado, extrapolando os limites do local.

#### **3.1 Contexto institucional das ações no Parque Estadual Monte Alegre e seu entorno**

Como já foi mencionado, a criação do Parque Estadual Monte Alegre é o fato desencadeador de todo o contato que vem a ser estabelecido entre os moradores de Ererê e a equipe de profissionais do MPEG (Fig. 1). Portanto, os desdobramentos que esse contato vai gerar tem seu contexto de origem vinculado à política de conservação da biodiversidade do governo brasileiro, de acordo com o sistema de Unidades de Conservação e áreas protegidas (MMA, 2000).

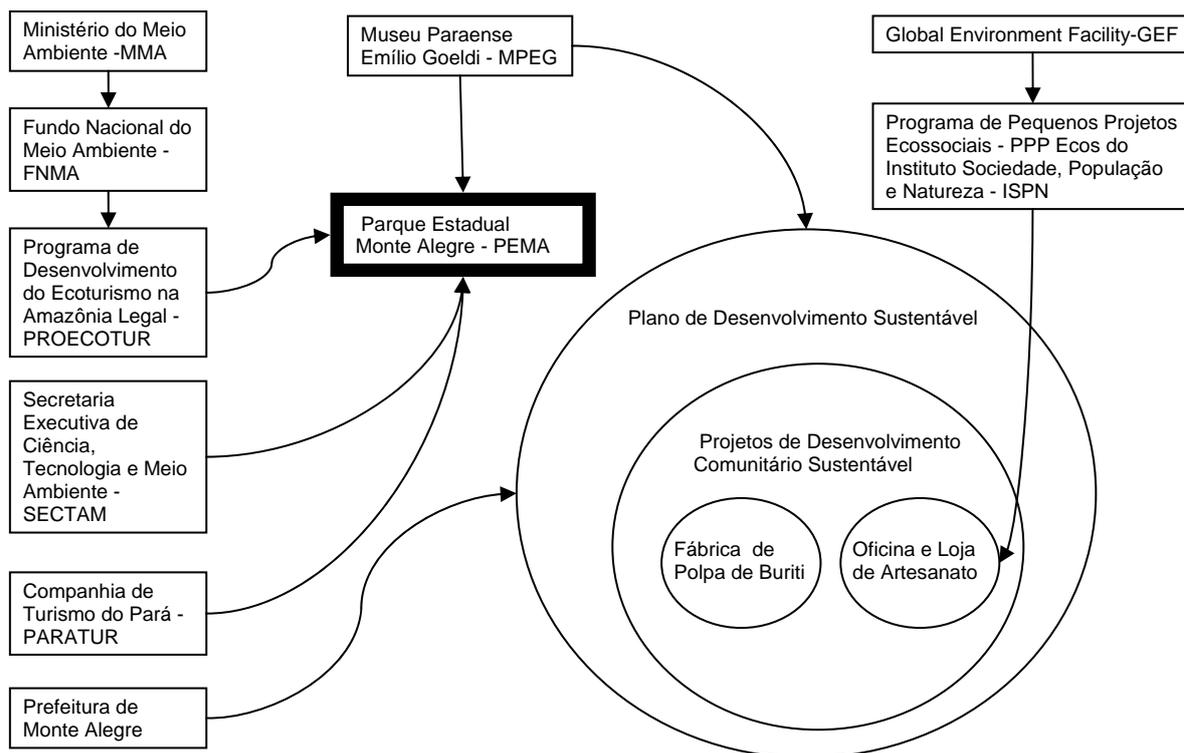


Fig. 1. Dinâmica interinstitucional em torno do Plano de Desenvolvimento Sustentável para o entorno do Parque Estadual Monte Alegre.

A chamada do Edital FNMA/PROBIO n.º 03/2001, acredita que “a implantação de áreas protegidas é uma das principais estratégias para a conservação da biodiversidade e, entre essas áreas, as Unidades de Conservação de Proteção Integral são as que apresentam maior potencial de proteção à biodiversidade” (FNMA/PROBIO, 2001, p 9).

A área onde se localiza o Parque Estadual Monte Alegre, foi considerada uma “área prioritária” para conservação de sua biodiversidade, ou para uso sustentável em três *workshops* realizados pelo PROBIO e por outras instituições que atuam na temática. Os *workshops* foram citados na proposta enviada ao PROBIO/FNMA:

**Workshop: Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade do Cerrado e do Pantanal.** A área em questão foi classificada no Workshop com “informação insuficiente” no que diz respeito aos seguintes tópicos: Índice de Pressão Antrópica na área [...] Importância Biológica. Classificada no mapa resultante do Workshop como área de número 409-Campos de Monte Alegre [...]

**Workshop: Áreas Prioritárias para Uso Sustentável e Conservação da Biodiversidade na Amazônia Legal.** A região onde está inserida a Unidade de Conservação [o Parque Estadual Monte Alegre], foi classificada neste Workshop, como Região dos Escudos da Guiana (EG25), [...] área de extrema importância para a Biota

Aquática, Serviços Ambientais e com Informações Desconhecidas para os grupos de Mamíferos e Alta importância para o tópico: importância Biológica [...]

**Workshop: Prioridades Biológicas Para a Conservação da Amazônia- workshop 90:** Neste workshop a classificação das áreas foi baseada na síntese de Biodiversidade e critério de endemismo por especialista que participaram do evento. A área da Unidade de Conservação, está inserida na área prioritária de nº60, caracterizada como: Jari-Trombetas inclui a transição entre o escudo das Guianas e a planície sedimentar do baixo Amazonas, com alta diversidade ambiental e biológica, algumas regiões de solos eutróficos, planaltos, campos rupestres, escarpas e campos baixos.

Estas iniciativas em diagnosticar as áreas prioritárias para a atenção dos profissionais que atuam na questão ambiental e de conservação da biodiversidade, incluem a participação de ONGs, institutos de pesquisa, universidades e órgão do Estado, em especial o Ministério do Meio Ambiente que é o responsável, através do Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO), pelas ações que vão no sentido do cumprimento às obrigações do país junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, firmada durante a RIO-92 subsidiando a elaboração da estratégias nacional para a conservação da biodiversidade (ISA, 1999).

Portanto, visando garantir proteção aos processos ecológicos que determinaram a criação de UCs de proteção integral, neste caso, o Parque Estadual Monte Alegre, o Ministério do Meio Ambiente via FNMA/PROBIO oferece apoio a propostas que desenvolvam Planos de Desenvolvimento Sustentáveis focados nas populações que residem no entorno.

Está presente nesta perspectiva apresentada pelos indicativos dos *workshops* uma separação entre a noção de natureza e a cultura, pois é dado destaque para os aspectos biofísicos das áreas enfocadas, enfatizando elementos de fauna e flora em detrimento da relação que esses elementos têm com a população humana que reside naquelas áreas. São esses indicativos que apóiam como justificativa a proposição de projetos submetidos à avaliação do FNMA/PROBIO.

Considerando que seja “imprescindível que o desenvolvimento sócioeconômico das populações vizinhas à UC se dê sobre bases sustentáveis” este Edital convida ao desenvolvimento de:

[...] alternativas de uso sustentável da biodiversidade para comunidades do entorno de Unidades de conservação [...] visando o desenvolvimento ambiental e socioeconômico dessas comunidades e a redução dos impactos negativos que exerçam e/ou possam vir a exercer sobre o entorno e nas próprias UCs (FNMA, PROBIO, 2000, p. 9).

Nesta experiência, as atividades dos pesquisadores junto ao Parque, a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável, atividades eminentemente científicas, estão necessariamente vinculadas, por sua vez, ao modelo de intervenção do Estado em projetos de caráter socioambiental sob os auspícios da política ambiental internacional. Em destaque estão a estratégia da criação de unidades de conservação e projetos de desenvolvimento sustentável; Em se tratando de populações rurais, ao redor das áreas protegidas, esses projetos assumem o caráter comunitário.

São responsáveis por esta iniciativa de intervenção estatal o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade – PROBIO, que é desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e que tem como objetivo:

“promover parcerias entre o poder público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável de seus componentes e na repartição equitativa dos benefícios dela decorrentes” (FNMA/PROBIO, 2001, p. 8)

e o FNMA, organismo que atua como agente financiador e que tem como missão contribuir para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

Percebemos presente nos documentos vinculados à experiência do Parque Monte Alegre, portanto, a lógica do discurso do desenvolvimento sustentável.

Vilma Machado (2005), em sua tese sobre a produção do discurso do desenvolvimento sustentável, esclarece que a problemática ambiental, que está presente como pano de fundo na experiência do MPEG na área do Parque, e que

[...] emerge como campo de disputas políticas no interior das sociedades ricas e industrializadas, vinha sendo percebida e discutida pelos novos movimentos sociais como o resultado danoso do modelo de desenvolvimento assentado no industrialismo, modelo que era preciso reorientar, tornando-o menos degradante. No entanto, quando a crítica ambientalista procurou apontar limites para a expansão e generalização desse modelo para outras sociedades, desencadeou uma movimentação de interesses que foi imprimindo estratégicos deslocamentos na forma como a problemática ambiental vinha sendo construída. O foco da produção dos problemas ambientais foi deslocado do mundo industrializado e rico para as sociedades pobres e periféricas. [...] A visibilidade da problemática ambiental foi sendo concentrada em aspectos relacionados com a falta de desenvolvimento e não com as conseqüências deste (Machado, 2005, p 20).

Dentro deste panorama, as instituições que no Brasil atuam no campo da pesquisa e desenvolvimento na área ambiental, mais especificamente na Amazônia,

assumem uma posição de agentes intermediários, para implementação das iniciativas que passam a estar focadas nas populações locais.

Como o MPEG, são instituições em posição privilegiada nos campos de disputa da produção do conhecimento válido, com reconhecida propriedade na produção e difusão de informação, sustentadas pela autoridade do saber científico.

A convocatória divulgada pelo Edital FNMA/PROBIO n.º 03/2001 lista entre os proponentes e executores elegíveis na seleção pública que ela apresenta, as “instituições pertencentes à administração pública federal, estadual, municipal ou distrital que, direta ou indiretamente possuam atuação no campo da política de meio ambiente ou linhas setoriais de ação em meio ambiente” e as “instituições públicas ou privadas de ensino e pesquisa sem fins lucrativos” (FNMA/PROBIO, 2001, p. 13).

No caso destes tipos de instituições se apresentarem como proponentes, submetendo sua proposta ao julgamento da comissão coordenadora do Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO e ao conselho deliberativo do FNMA, a elas era exigido, entre outros documentos que comprovassem sua elegibilidade, a apresentação de decreto de criação, estatuto, regimento ou outro, onde se pudesse comprovar suas atribuições legais e finalidade precípua.

Em sua apresentação à avaliação, o MPEG faz uma descrição das atividades que desenvolve dando destaque às atividades de “produzir e difundir conhecimentos e acervos científicos sobre sistemas naturais e socioculturais relacionados à Amazônia”. Declara que é seu papel:

[...] catalogar, analisar e difundir a diversidade biológica e sociocultural da Amazônia, bem como caracterizar e entender a evolução dos seus ambientes físicos, com o intuito de contribuir no avanço do conhecimento científico, na formação da memória cultural, da identidade e desenvolvimento regional. [...] O Museu Paraense Emílio Goeldi, como centro de referência de informação e estudos na região, elaborou o Programa de Pesquisas Institucionais que visa consolidar sua atuação na região buscando melhoria da qualidade de vida das populações e garantindo a conservação dos recursos naturais (MPEG, 2001a, p 2).

Estão combinadas neste excerto as atividades de pesquisa, produção de conhecimento científico e as ações de intervenção na realidade prática, com fins à atuação junto às populações, em um programa institucional para os pesquisadores. Neste mesmo documento, ao falar da proposta que submete à avaliação do PROBIO/FNMA, procura assegurar a sua elegibilidade afirmando que:

Para este Projeto, conta com infraestrutura (biblioteca, herbário, coleções, laboratórios) e uma equipe de pesquisadores capacitados, que poderão efetivamente elaborar e implementar este projeto afim de obter respostas as questões ambientais e de desenvolvimento para área em questão (MPEG, 2001a, p 2).

O MPEG, que tem como missão “realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionadas à Amazônia” (MPEG, 2006, p 12) em seu Plano Diretor para o período de 2006-2007, manifesta a seguinte percepção:

O acelerado processo da globalização e reestruturação produtiva está vinculado a um ritmo vertiginoso do desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico. Esse quadro tem gerado uma relação de competitividade, na qual se disputa a posse da informação, do conhecimento e do desenvolvimento da inovação. No âmbito da Amazônia, os Institutos de Pesquisa detêm um volume significativo de conhecimentos sobre a diversidade biológica e cultural regional, os quais têm, cada vez mais, obtido destaque para a aplicação em processos e produtos. Ao longo de sua trajetória científica de 140 anos de atuação na Amazônia, o Museu Goeldi acumulou conhecimento que o torna singular em acervos sobre recursos naturais e socioculturais na região. Contudo, para que esse conhecimento possa chegar ao mercado, precisa ser regulado e transformado em algo concreto, quer seja através de registro de cultivares e/ou do patenteamento de seus princípios ativos, quer seja através do repasse de informações que possam ser alcançadas pela legislação autoral. Nesse aspecto, o MPEG necessita de uma maior interação com os setores produtivos públicos e privados, visando incentivar a partir de seus acervos, a geração de produtos e/ou processos para o mercado e/ou de tecnologias sociais para sociedades tradicionais, com vistas ao desenvolvimento e conseqüente redução das desigualdades regionais. (MPEG, 2006, p 16).

Nesta declaração o MPEG esclarece o reconhecimento de seu papel enquanto mediador entre os conhecimentos de base científica produzidos por seus profissionais e a dinâmica de mercado com a qual se vincula. Além disso, mostra reconhecer também como seu papel a mediação entre os interesses de mercado e as sociedades tradicionais, mediação esta pautada pela geração de informação científica.

### **3.2 Vínculos com financiadores**

A crítica ao monopólio do conhecimento verdadeiro e à neutralidade das práticas científicas que nos propõe Santos (1996, 2005, 2006), torna possível, pela reconstituição dos diferentes modos de relacionamento dos cientistas com seus contextos institucionais, com o Estado, com as entidades financiadoras, com os interesses

econômicos e com o interesse público, demonstrar de que forma estas vinculações inviabilizam a crença na idéia de ciência neutra (Santos, 2006).

De acordo com o autor, os limites da autonomia da atividade científica devem se tornar visíveis na medida em que se explicitam as suas relações com o contexto social e cultural em que ocorrem, e com relação aos quais não está indiferente.

O Edital esclarece em sua apresentação que, para disponibilizar recursos financeiros para as propostas de projetos que planejem e implementem as ações com vistas a conservação da biodiversidade contidas nas unidades de conservação,

As propostas apresentadas deverão estar, obrigatoriamente, de acordo com as políticas ambientais e sociais do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e legislação ambiental vigente (FNMA/PROBIO n.º 03/2001, p 7).

As agências multilaterais e de cooperação bilateral são instituições que foram largamente responsáveis pela difusão da importância das variáveis ambientais no planejamento do desenvolvimento. Com enorme capacidade de influenciar a economia política ambiental global, através de mecanismos que fazem parte do grande quadro da divisão internacional do trabalho e da circulação de poder internamente ao sistema mundial, entre estas instituições deve ser destacada a atuação do Banco Mundial (Ribeiro, 1994).

O autor comenta que as clássicas condicionantes de ordem burocrático-financeira, as quais os países tomadores de empréstimos precisam se adequar, passaram a incluir elementos sócio-ambientais em finais da década de 80, em função das pressões do ambientalismo norte-americano, criticando os negativos e evidentes impactos sociais e ambientais causados pelos projetos de desenvolvimento, classicamente estimulados e financiados pelo Banco Mundial.

Ribeiro (1994) aponta para o poder estruturador que possui a pauta de financiamento externo, quando a lógica econômica e política dessas agências e os aparatos político-administrativos de cada Estado Nação que recebe os financiamentos, se desdobram em perversas contradições, típicas das relações de dependência entre países sedentos por capitais externos e os centros mundiais do poder político e econômico.

Porque convidar a comunidade a participar? Ribeiro (1994) considera notável a proliferação da idéia de participação das populações locais nos processos envolvendo

desenvolvimento. De acordo com o autor existem duas vertentes que respondem por essa situação: a lógica gerada pelas iniciativas desenvolvimentistas e a lógica do ambientalismo.

O encontro desenvolvimentista coloca juntos agentes externos e populações locais em um mesmo drama, criando um campo onde estas últimas são, em geral, destituídas do poder de serem sujeitas de seus próprios destinos (Ribeiro 1994, p. 21).

Para o autor este desequilíbrio de poder pode implicar o surgimento de movimentos de resistência das populações locais, na busca de reinstaurar suas condições originais de reprodução. Nestas situações emergiriam lideranças mediadoras entre os locais e os atores desenvolvimentistas, estimuladas por agências, em maior ou menor grau externas às comunidades, como igrejas, sindicatos e ONGs (Ribeiro, 1994).

Seria diante da constatação de que os efeitos de suas iniciativas não beneficiariam necessariamente as comunidades locais e de que os movimentos de resistência podem proliferar nestes contextos, que as agências desenvolvimentistas, completamente exteriores e distanciadas da realidade local, passam a admitir e estimular a idéia de participação.

Dessa forma, a participação funcionaria como uma reguladora do desequilíbrio de poder inerente ao que o autor chama “drama desenvolvimentista”. Além disso, Ribeiro (1994) considera que neste caso o risco de cooptação é óbvio, pois a participação controlada por instituições externas às comunidades quase sempre desemboca em clientelismo ou em mal disfarçada “pedagogia do desenvolvimento”.

O desenvolvimento comunitário enquanto conceito que intitula as empreitadas que envolvem tanto moradores da comunidade quanto profissionais externos, ao contrário do que este termo poderia indicar, não estão circunscritas na esfera de interesses e preocupações da comunidade. É a partir do contato entre estes dois grupos sociais distintos, que se desencadeiam os processos de produção de “algo novo”, chamado de “projeto”.

Este algo novo entretanto, antes de a relação entre os dois grupos ter sido estabelecida, já é desenhado enquanto proposta, engendrada sob o suporte de uma idéia mais geral de desenvolvimento.

Todas as etapas percorridas por essas idéias que vêm a desembocar na execução destes projetos, sob sua forma tecno-burocrática no ambiente do aparelho estatal (Proecotur→Ministério do Meio Ambiente →PROBIO→Fundo Nacional do Meio

Ambiente→Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento→Projetos) tem direta relação com as premissas presentes no discurso do órgão que financiam.

O Banco Mundial e o GEF, instituições de onde se originam os recursos financeiros que movem as iniciativas desembocadas em Ererê, para além de meramente financiar iniciativas que visem a conservação dos recursos da biodiversidade, dissemina idéias e valores, com o propósito de conferir legitimidade a suas atividades e de disseminar suas diretrizes estratégicas no setor ambiental brasileiro.

De acordo com Hécio Souza (2001), os chamados serviços financeiros do Bird para o meio ambiente no Brasil têm como lastro um conjunto rico e diversificado de teóricos/consultores com larga experiência em questões globais. Sua atuação se dá, sobretudo, na produção e apropriação de sentidos através de seus modelos de intervenção, haja vista a posição privilegiada que o Bird ocupa, como uma das principais matrizes geradoras e difusoras de ideologias (Souza, 2001).

O Banco mundial, bem como o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC) são estruturas administrativas operando dentro de um sistema capitalista, respondendo a interesses econômicos e financeiros dominantes. Estes órgãos reguladores da burocracia internacional supervisionam as economias nacionais por meio da deliberada manipulação das forças de mercado. (Chossudovsky, 1999). Enquanto desdobramento contemporâneo, correspondente às transmutações desde o Estado Liberal na Europa e América do Norte, as revoluções industriais e o desenvolvimento capitalista e o imperialismo, em uma versão pós-colonial, estão presentes na atuação do Banco Mundial (Souza, 2001).

A ideologia presente nestes órgãos e nos discursos que legitimam suas ações, tem como diretriz a idéia de modernização. Um outro aspecto fundamental da estratégia do Banco Mundial para o Brasil diz respeito à uma reforma do Estado que o modernize. Estas foram metas perseguidas por diferentes governos, a partir das orientações dos organismos internacionais, principalmente o Bird, recomendando que a reforma do Estado fosse orientada para o mercado, exigindo o abandono de instrumentos de controle político e pressionando para uma maior restrição e alocação de recursos, redefinindo o papel do Estado nacional e de suas relações com a sociedade (Souza, 2001).

Neste contexto, o autor chama atenção para o fato de que o Estado deixa de ser o responsável direto pela promoção do desenvolvimento econômico e das políticas sociais — pela via da produção de bens e serviços —, para fortalecer sua função de facilitador e

de regulador desse desenvolvimento, que passa a ser promovido por organizações não estatais e organizações privadas, através de mecanismos de mercado.

Deve ser notado o pressuposto ideológico do qual está imbuída esta forma de perceber a reforma do Estado brasileiro: o mercado é portador de racionalidade que está para além da política e deve ser o agente principal do bem-estar. Este pressuposto leva a colocar direitos sociais – como saúde, educação, cultura, meio ambiente etc. – no setor de serviços definidos pelo mercado. Desta maneira, seria encolhido o espaço político democrático dos direitos e ampliado o espaço privado, nas atividades ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais e ambientais conquistados (Souza, 2001).

Hélcio Souza aponta o processo que leva os instrumentos econômicos e os mecanismos de mercado a assumirem, nesta linha, o papel de principais ferramentas para a gestão da sustentabilidade ambiental. O pressuposto básico que o desenvolvimento sustentável passa pelo setor financeiro e compreende que – se os incentivos corretos estiverem presentes – a iniciativa privada seria peça chave na busca da melhoria da qualidade ambiental do planeta.

Desta forma, o autor aponta que, sendo o capital o motor da iniciativa privada, o desenvolvimento sustentável vai depender da capacidade de o investimento incorporar boas práticas ambientais.

Considerando o papel crescente do setor privado de investimentos em setores anteriormente situados na esfera pública, incorporar elementos vinculados ao discurso do desenvolvimento sustentável, tanto para instituições públicas, organizações do terceiro setor e empresas do setor financeiro passa a ser uma prioridade.

### **3.3 Vínculos com interesses econômicos do setor privado**

A discussão levantada, no que diz respeito ao presente trabalho, aponta para o fato de que as iniciativas para o desenvolvimento que desembocam em Ererê têm sua origem em decisões tomadas a nível macro, não local, referente a toda uma rede institucional, que envolve órgãos do Estado brasileiro, como o Ministério do Meio Ambiente, e interesses econômicos, com destaque para o que foi vislumbrado em termos de atividades no campo do turismo.

O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal-PROECOTUR, da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável – SDS

do MMA, “visa dotar a região de condições atrativas para o direcionamento de investimentos para o segmento ecoturístico” (MMA, 2006).

Monte Alegre, no que concerne ao PROECOTUR, está incluído no Pólo Tapajós-PA, junto com Alenquer, Aveiro, Belterra, Itaituba, Óbidos, Oriximiná e Santarém. Em termos de atrativos para o ecoturismo, o município se destaca por abrigar sítios arqueológicos com pinturas rupestres, com maior evidência para a Gruta da Pedra Pintada, onde escavações encontraram os mais antigos vestígios da ocupação da Amazônia e da América, de cerca de 11 mil anos.

O programa, que fomenta a geração de empregos e o desenvolvimento de atividades econômicas direta e indiretamente relacionadas ao setor turístico, objetiva ampliar o volume de arrecadações dos estados da região, direcionando mão-de-obra e capital para empreendimentos ecológicos economicamente sustentáveis (MMA, 2006).

Criar condições para que o setor privado possa investir com segurança em ecoturismo, propiciando a formatação de produtos e roteiros competitivos nacional e internacionalmente também estavam entre os principais resultados esperados pelo programa (MMA, 2006).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, um dos financiadores do PROECOTUR, em matéria publicada na revista BIDAMÉRICA<sup>4</sup>, sua publicação eletrônica, faz as seguintes considerações em relação ao programa:

Ao longo das próximas décadas, o ecoturismo oferecerá empregos e renda a muitos dos 20 milhões de habitantes da Amazônia. Alguns serão empregados diretamente em pousadas de ecoturismo, empresas de transporte e alimentação e outras atividades. Muitos mais serão indiretamente beneficiados. [...] Como benefício adicional, o ecoturismo ajudará a apoiar os esforços de preservação dos ecossistemas naturais. Se as florestas naturais conseguirem ser rentáveis através da atração de turistas, as populações locais estarão mais dispostas a resistir à sua conversão em plantações de soja ou pastos. Além disso, o ecoturismo gerará receitas com as quais os governos poderão custear guardas florestais e equipamentos para garantir o cumprimento das leis em áreas protegidas. [...] Após a reunião, [o coordenador do PROECOTUR] teceu comentários sobre as metas mais gerais do novo programa. “O ecoturismo provará às populações locais que podem, ao mesmo tempo, preservar a floresta e melhorar seu padrão de vida”, disse. “Este é um dos objetivos do programa, talvez o principal. Queremos preservar os costumes locais ao mesmo tempo em que conservamos a natureza”, acrescentou. [...] “Antigamente”, continuou, “os grandes projetos na Amazônia tinham objetivos totalmente opostos aos nossos.” O novo programa ajudará a transformar o sentimento ecológico que existe no Brasil em ações concretas. “Em termos gerais, há no Brasil uma forte conscientização sobre a necessidade de preservar a natureza”, disse [o coordenador]. “O difícil é conseguir os conhecimentos de que precisamos e colocá-los

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=471&pagenum=2>

em prática.” O Programa Proecotur mostrará o caminho. “A Amazônia é uma marca fortíssima para qualquer produto de ecoturismo”, disse [...]. “Cabe a nós lançar esse produto no mercado.”

A criação do Parque Estadual Monte Alegre, que se deu em virtude do estímulo do PROECOTUR, está vinculada diretamente ao intento do poder público promover um contexto apropriado e as condições necessárias para preparar os nove estados da Amazônia Legal para administrarem de forma eficiente áreas com potencial para o ecoturismo.

Barros (2003) confirma que a indicação da área para a criação de uma unidade de conservação em Monte Alegre, que mais tarde viria a ser o Parque, foi concebida durante os eventos realizados especificamente com a finalidade de avaliar áreas para serem protegidas, nos *workshops* acima referidos (Barros 2003, p. 54).

Quando combinada à convocatória do PROBIO/FNMA e seus resultados em projetos de desenvolvimento comunitário para as populações que vivem no entorno da unidade de conservação, já mencionados neste capítulo, os indicativos do PROECOTUR reforçam a idéia de que um modelo de desenvolvimento econômico adequado para a região inclui a transformação das práticas das populações locais em práticas que sejam sustentáveis do ponto de vista dos interesses do setor privado, o que neste caso se encaixa às ações em torno do ecoturismo.

Esta percepção pode ser visualizada na fala do coordenador “o ecoturismo provará às populações locais que podem, ao mesmo tempo, preservar a floresta e melhorar seu padrão de vida”, e na indicação o que seria talvez o principal objetivo do programa: “queremos preservar os costumes locais ao mesmo tempo em que conservamos a natureza”.

Procurar entender de que forma os atores sociais envolvidos na dinâmica desencadeadora dos projetos respondem por ela, proporcionou a constatação de que a idéia de desenvolvimento comunitário, bem como a lógica das políticas de conservação, ainda está pautada por uma separação teórica entre natureza e cultura. E embora este discurso possa permitir um reconhecimento retórico da sustentabilidade das práticas tradicionais, objetivamente se manifesta como um desconhecimento, que por sua vez gera a invisibilidade dessas práticas.

A atuação das instituições de pesquisa e desenvolvimento posicionadas como canal de mediação entre a ciência, o mercado e as populações, aponta para o fato de que

a questão ambiental configura um campo político e que há um compromisso ideológico com a visão dos órgãos financiadores do desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento comunitário externa à realidade local, lida com a participação como uma forma de regulação social, desencadeando um processo de submissão das comunidades às estratégias do grande capital, traduzido em desenvolvimento sustentável. A ênfase desta dinâmica está posta sobre um mercado ampliado em detrimento das vinculações da pequena produção com o mercado local. Neste ponto assumem papel de destaque as iniciativas em prol do ecoturismo e as considerações sobre a necessidade de segurança para os investidores.

É a inversão da relação de causa e efeito entre a lógica capitalista de desenvolvimento e a degradação ambiental que permite que a sustentabilidade seja vista como uma possível consequência do desenvolvimento, o que é almejado pelas estratégias de conservação abordadas neste trabalho. Desta forma, a sustentabilidade deixa de ser percebida como característica de práticas alheias à expansão moderna do próprio desenvolvimento, a quem este na verdade está a ameaçar.

#### **4 O ENCONTRO ENTRE A LÓGICA TRADICIONAL E A LÓGICA DA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO**

Considerando a dinâmica interna a Ererê, no que tange ao manejo tradicional do buriti, e os paralelos que podem ser estabelecidos entre esta forma de organização social e a proposição dos projetos de desenvolvimento comunitário, neste capítulo abordaremos a relação entre o no contexto da ação dos profissionais do MPEG na área do Parque Estadual Monte Alegre e seu entorno, e as atividades dos projetos de desenvolvimento comunitário, implementados junto aos moradores, no que ele traz de novo para a experiência de coletividade local.

Destacaremos os principais aspectos da lógica presente em Ererê, na coletividade tradicional do trabalho com o buriti, que podem representar uma contraposição, enquanto modo de produção e conjunto de práticas sociais, ao modo de produção e visão de mundo hegemônica presente no sistema capitalista, quando destacadas suas vinculações com o modo de relação social que se estabelece na esfera comunitária.

Esta descrição está subsidiada pelas observações feitas no período em que a autora acompanhou as atividades de trabalho cotidiano de Ererê, durante a pesquisa etnobotânica realizada junto aos moradores que trabalhavam com buriti (Magalhães, 2005); como também na participação em atividades do andamento dos projetos de desenvolvimento sustentável comunitário junto aos moradores e membros da APRORE, promovidas em Ererê pela equipe de profissionais do MPEG.

##### **4.1 O Parque Estadual Monte Alegre e as comunidades do entorno**

Nos últimos anos, o número de moradores de Ererê que vem se dedicando ao trabalho com o buriti, mais especificamente para a produção das puquêcas, tem aumentado consideravelmente. Os moradores indicam a atuação da equipe de pesquisadores do MPEG na área como um dos fatores relacionados a este aumento no interesse pelo recurso.

A equipe de pesquisadores passa a atuar junto à comunidade a partir de 2001, em virtude da criação do Parque Estadual Monte Alegre, através da elaboração e implementação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades do entorno da UC.

O entorno Parque é considerado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, como área onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar seus impactos negativos sobre a unidade. As comunidades que vivem nesta área, são especificadas no SNUC como aquelas que se localizam na zona de amortecimento da UC ou que afetem diretamente a biodiversidade nela contida (MMA, 2003).

No entorno do Parque Estadual Monte Alegre residem inúmeras famílias de pequenos agricultores, que há gerações têm trabalhado na área. Dentre estas populações, a equipe do MPEG passa a focar suas atividades sobretudo junto a quatro comunidades: Ererê, Lajes, Paituna e Maxirá, cujos representantes foram convidados a participar, em 2001, do seminário para a criação da Unidade de Conservação, ao qual estava vinculado o Plano de Desenvolvimento Sustentável.

A prefeitura de Monte Alegre, que acompanhou e apoiou a criação do Parque, foi responsável por convocar e custear a participação dos representantes das comunidades nas atividades iniciais de contato com os pesquisadores (MPEG, 2001a), que vieram a fundamentar o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área das comunidades.

De acordo com Barros (2003), em um trabalho onde também foi abordada a experiência do MPEG junto aquelas comunidades, o objetivo fundamental do Plano foi:

Investir nas comunidades visando a torná-las fortes e tecnicamente capacitadas a usar os recursos naturais, em bases sustentáveis, como estratégia para o desenvolvimento segundo a visão da sustentabilidade (Barros, 2003, p. 85).

Estas quatro comunidades contavam com uma população de aproximadamente 1.300 pessoas, distribuídas em cerca de 228 famílias, que em sua maioria desenvolvem atividades agrícolas e pastoris em terras próprias, de família ou emprestadas por parentes, como nos esclarece Barros (2003). Segundo a autora, a exceção é a comunidade Ererê que tem mais de 50% das famílias residentes exercendo a agricultura em terras públicas conhecidas na região como “área patrimonial”.

A equipe de pesquisadores que atuou na área aponta a utilização de práticas agrícolas sem manejo e sem controle do uso do fogo para preparação da terra, como causa de inúmeros problemas na região, como incêndios em áreas dentro do Parque que duram vários dias, principalmente no período de verão (MPEG, 2001b).

O argumento dos moradores para cultivo na região do Parque e do seu entorno, sobretudo nas encostas das serras, é que a terra em outras áreas está *cansada e fraca*. Outra questão abordada pelos autores, ao ouvir os moradores locais, é a ausência de técnicos agrícolas, que permitiriam assessorar os agricultores em um uso adequado do solo com identificação dos produtos a serem plantados (MPEG, 2001b).

Com relação ao uso que as populações daquelas comunidades fazem dos recursos que passaram a estar circunscritos pelo limite da unidade de conservação, a equipe de pesquisadores fez as seguintes considerações:

É de dentro do Parque que são retirados os mais variados tipos de madeira para construção das casas, cerca, esteios. Alguns moradores retiram madeira para comercialização. Em uma visita na região denominada de "ilha grande" localizada no interior do Parque, encontramos várias estradas (caminhos construídos com troncos de espécies madeireiras não comerciais, para serem utilizados como deslizadores das toras de madeiras), as principais espécies retiradas são jacarandá e itaúba. (...) De dentro da Unidade não são retirados os recursos naturais não madeireiros (MPEG, 2001b, p.16).

Partindo da perspectiva de que as atividades de uso dos recursos naturais que as comunidades desempenhavam dentro da área do Parque estariam ameaçando a conservação da biodiversidade da área, a iniciativa de substituí-las por outras, de caráter sustentável, se coaduna à convocatória do Edital FNMA/PROBIO nº 03, que destinava "recursos para o financiamento de propostas de planejamento e implementação de ações em áreas de entorno de UCs, com vistas à conservação da biodiversidade contidas nessas unidades" (Barros, 2003, p. 63).

As iniciativas visando um "desenvolvimento socioeconômico das populações vizinhas à unidade de conservação que se dê sobre bases sustentáveis" de que fala Barros (2003), foram consideradas como a forma que teve o Estado, por meio do Ministério do Meio Ambiente, para "induzir o envolvimento das populações residentes no entorno das UCs na conservação da biodiversidade contida nessas unidade".

Em Ererê, a partir de reuniões realizadas pela equipe de profissionais junto aos moradores, foi decidido que seria apresentado ao FNMA uma proposta de projeto que financiasse ações focalizadas no manejo do buriti, que foi considerado desde o início do processo de contato entre os dois grupos (pesquisadores e moradores) um recurso proeminente.

## 4.2 Ererê e o manejo tradicional do buriti

A comunidade Ererê, que está a 60Km de distância da sede municipal, cujo acesso pode ser feito em cerca de 45 minutos, por linha de ônibus diária, está situada no entorno do Parque Estadual Monte Alegre. Ambos estão inseridos na Área de Proteção Ambiental Paytuna, criada na mesma ocasião que o Parque. Esta área compreende um complexo de serras, vales e cavernas. É uma das mais antigas fundações urbanas da Amazônia, além de possuir significativa representatividade da diversidade biológica da região e do patrimônio cultural local (MPEG, 2005), representado por numerosos sítios com arte rupestre (Pereira, 2003), o que constitui um grande atrativo para o turismo científico.

Em função de dispor destes atrativos, a região tem recebido visitantes de todas as partes do mundo, que se intensificam cada vez mais, assim como se intensifica o contato entre a população das comunidades do entorno do Parque e turistas.

A população da comunidade tem como forte elemento de vinculação entre os indivíduos as suas relações de parentesco. Moram em Ererê cerca de 60 famílias, interligadas entre si há gerações.

Suas principais atividades de trabalho se concentram na agricultura de base familiar, na criação de gado em pequena escala e extrativismo, com destaque para o buriti e açaí nativos, que também possuem importância econômica para os moradores. Há também pequenas criações de animais para o consumo doméstico, como galinhas, patos e porcos, sendo que um menor número de famílias possui bovinos.

Estas atividades de trabalho são realizadas em terrenos nas cercanias da vila de Ererê. Na vila, cortada pela estrada que a interliga com outras localidades e com a cidade, se encontram o barracão comunitário, a escola estadual de ensino fundamental, a igreja católica, os campos de futebol. É onde há uma maior concentração de residências e onde foram construídas as instalações da fábrica de beneficiamento de polpa e da oficina e loja de artesanato de Ererê.

Os estudantes a partir do ensino médio deslocam-se para uma comunidade vizinha ou para a cidade, onde há escola estadual. A maior parte dos comunitários freqüenta a igreja católica, cujo padroeiro em Ererê é Santo Antônio. No barracão comunitário acontecem festas locais, inclusive o arraial do Padroeiro, em maio. (Magalhães, 2004; 2005).

Ao desempenhar socialmente suas inúmeras atividades do cotidiano é que os moradores de Ererê se vinculam ao ambiente de vida mais imediato. São suas formas de manutenção da vida que proporcionam direta interlocução entre as pessoas e o ambiente, em um sistema de interdependências entre o que é natural e o que é social. A grande diversidade de estratégias de captura, produção e consumo alimentar em sociedades humanas, por exemplo, é trabalhada por Murrieta (2001) com base nas motivações sociais que se diferenciam tanto de acordo com padrões ecológicos, quanto com estas estruturas de acontecimentos cotidianos das relações sociais comunitárias.

Ererê é uma comunidade com práticas de produção para subsistência diversificadas. Da mesma forma como Murrieta (2001) observou em populações ribeirinhas na Ilha do Marajó, com especial destaque para as atividades do cotidiano relacionadas à alimentação, as práticas produtivas se manifestam em grande diversidade, nas atividades de coleta de frutos e outros produtos florestais, recursos da natureza manejada que podem ser acessados nas cercanias de suas residências.

As práticas da caça, da criação de animais e mais notadamente da pesca estão entre as atividades voltadas pelo consumo doméstico. A aquisição de outros itens da alimentação no mercado local é garantida pelo trabalho com a agricultura, a principal atividade geradora da renda. A prática da roça, além disso, garante a provisão da farinha de mandioca, elemento fundamental das refeições diárias, bem como a produção de arroz, milho e feijão, que podem ser consumidos pela família que produz ou comercializado no mercado local.

Através da combinação de práticas produtivas e de uso e manejo dos recursos da natureza imediata, são demonstrados os conhecimentos tanto sobre as técnicas agrícolas, responsáveis pela aquisição dos produtos alimentares básicos e da renda da unidade familiar, como sobre técnicas de caça e de pesca, fonte que representa entre 3% a 53% da proteína total consumida pelas comunidades rurais da Amazônia (Oliveira, 2002a).

Tanto as formas de garantir a alimentação, como as outras práticas relacionadas ao uso direto dos recursos, nos revelam o conhecimento que têm as comunidades rurais sobre as oportunidades que se apresentam na vida diária, dentro da relação com o ambiente, como o que Rios (2002) observou em uma comunidade na Zona Bragantina.

Segundo Morán (1990), a persistência da caça e da coleta, juntamente com a agricultura, entre as populações rurais da Amazônia, sugere que além de conhecerem ambos modos de subsistência, têm combinado essas atividades de maneira apropriada às suas condições sociais e ambientais.

Dentro deste panorama de possibilidades entre a comunidade Ererê e os recursos do ambiente onde se localiza, iremos destacar o uso e manejo extrativista do buriti, que é realizado pelos moradores da comunidade em uma área de buritizal nativo, acompanhando o rio Ererê, que corta a região.

Este manejo refere-se tanto à forma como os moradores de Ererê se relacionam com o buritizal e com seus frutos, como às relações sociais que dão sustentação a ele, que respeita uma base de acesso comum aos recursos. Por ter um caráter coletivo, este manejo tem significado a constituição de toda uma trama de relações em conexão com a dinâmica social da comunidade.

A presença do uso deste recurso natural pode ser destacada como marca tradicional de Ererê, por possuir uma inserção histórica de longo alcance nas narrativas locais onde o uso do buriti como recurso natural economicamente útil, remete às gerações passadas. Os moradores mais antigos contam que seus pais já trabalhavam com esta palmeira tanto para consumir seus frutos, quanto para produzir vinhos ou para comercializar seus derivados nas redes de comércio local (Magalhães, 2004; 2005).

Ao atribuir a qualidade “tradicional” às práticas de coletividade em Ererê, em especial às práticas sociais que direcionam o modo de relacionamento entre os moradores da comunidade e este recurso da natureza que lhes serve de base de uma prática produtiva, não desejamos implicar em aproximações interpretativas com noções correlatas a “do passado ultrapassado”. Pinton e Emperaire (2004) reconhecem, por exemplo, ao falar da agricultura tradicional na Amazônia, que a noção de tradição utilizada para qualificar esta agricultura, aponta para a condição marginal que as populações que a utilizam assumem, frente às evoluções técnicas e de mercado. As formas tradicionais de agricultura estariam, para as autoras, em oposição ao modelo agrônomo que ditou o sistema agrícola dos últimos cinquenta anos e que as vê como “sinônimo de ignorância, de fracos rendimentos” (Pinton e Emperaire, 2004, p. 77).

Para dar destaque ao manejo coletivo em torno do buriti como forma de organização social de caráter tradicional presente entre os moradores de Ererê, deve-se evitar confundir tradicional com arcaico, ultrapassado, que precisa de atualização.

De acordo com a discussão sobre a lógica tradicional nas relações comunitárias, realizada no segundo capítulo, destacamos como tradicional aquela esfera da sociabilidade onde pôde ser percebido um posicionamento antagônico em relação aos valores do modo de vida da economia capitalista, qualificando esta lógica da qual tratamos enquanto contraponto societário à modernização.

Esta contraposição pôde ser visualizada a partir do momento em que se inicia a atuação dos profissionais externos à comunidade, que a contata a partir da ação proposta nos projetos de desenvolvimento para a área onde vivem os moradores de Ererê, e para eles próprios.

Quando contraposta à coletividade da organização comunitária, estimulada no âmbito dos projetos de desenvolvimento comunitário sustentáveis, vinculados ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para a área de entorno do Parque, a coletividade engendrada em Ererê em torno do buriti apresenta particularidades que a distinguem.

É em aderência à coletividade tradicional que se desenvolve a cadeia produtiva dos frutos do buriti, cumprindo um papel na produção familiar para geração de renda de uma grande parte das famílias da comunidade.

Ao final da cadeia produtiva tradicional do buriti está o consumidor das puquêcas, morador da cidade ou de comunidades próximas. Por via da atuação na comercialização no mercado local, o buriti se agrega à imagem de identidade da comunidade Ererê.

O processo de trabalho tradicional com o buriti em Ererê se inicia com o acesso aos buritizais, que acontece normalmente com o trabalho dos homens adultos. Da vila, no centro da comunidade, aos buritizais mais próximos caminha-se cerca de 1 hora, sendo a parte final do percurso em terreno alagado, de difícil acesso, o que os comunitários consideram como um obstáculo amenizado apenas pelo costume (Magalhães, 2005).

Esta etapa do trabalho apresenta distinções muito marcantes em períodos de seca e de cheia. Quando o nível da água no buritizal está alto, ele é percorrido de canoa, e acessam os buritis sobre elas, o que torna o trabalho bem diferente do que é em períodos de seca. Entretanto, em ambos os períodos, a tarefa demanda grande habilidade, pois quando as águas estão baixas, segundo os trabalhadores do buriti, o ar abafado, muito quente e úmido dentro do gapó<sup>5</sup>, incomoda e acelera o cansaço derivado da atividade.

Os equipamentos utilizados nessa etapa são o terçado e a peconha<sup>6</sup>, com a qual os coletores sobem na árvore, através de uma técnica que de acordo eles, é muito semelhante à da coleta do açaí. Após a derrubada dos cachos, os frutos devem passar

---

<sup>5</sup> A área alagada onde se localizam os buritis, relativamente distanciados uns dos outros, é denominada localmente *vereda* ou *gapó*.

<sup>6</sup> Artefato feito com uma tira da casca de uma árvore, a exemplo da conhecida localmente como *munguca*, no local da coleta, que com as duas pontas amarradas e adaptadas aos pés, facilitando a aderência na árvore e a impulsão para cima.

cerca de quatro dias ainda no local, cobertos por palhas do próprio buriti que evitam o ressecamento com o sol, amadurecendo de forma homogênea, quando então apresentarão a coloração escurecida.

Segundo os coletores, cada cacho derrubado fornece em média três sacas de 60kg. Poucas mulheres afirmaram carregar ou já terem carregado buritis em sacas no gapó, justificando que consideram este um trabalho para homens. O transporte até a margem do rio Ererê é feito carregando as sacas nas costas, uma a uma. O trabalho de buscar os frutos previamente derrubados, quando realizado por apenas uma pessoa, pode equivaler a uma manhã inteira de serviço.

Durante o árduo trabalho de transporte das sacas dentro do buritizal, buritis são deixados cair espontaneamente, o que demonstra que a conservação não é um fim racionalmente calculado, se adequa às práticas do cotidiano que são tradicionalmente mantidas, em função da técnica ou tecnologia disponível para a execução de cada tarefa.

O buriti coletado e transportado para as residências, é armazenado em sacas, paneiros ou são dispostos no chão, próximo ao local onde serão manuseados posteriormente, quando o trabalho vai demandar um esforço conjunto de todos os membros da família. Todos na casa participam das tarefas, embora na maioria dos casos, sejam as mulheres que, a partir daí, se dediquem com maior responsabilidade à execução de cada etapa subsequente. Os homens e as crianças assumem então papéis coadjuvantes, embora fundamentais, haja vista que o beneficiamento caseiro do buriti requer auxílios mútuos.

O conhecimento originado pela experiência é imprescindível na execução de cada etapa de trabalho. Elaborado a partir da prática, estes conhecimentos são compartilhados simultaneamente ao exercício das atividades de trabalho. Por exemplo, no momento de determinação da temperatura adequada da água e do tempo necessário para o amolecimento dos frutos, que são aquecidos em camburões de metal, em fogo a lenha. Um camburão comporta três cachos de buriti, o que seria equivalente, em período de alta safra, a 3000 frutos.

É também dentro deste campo de saberes que os frutos são previamente selecionados, de acordo com seu estado de conservação, descartando aqueles considerados inadequados ao aproveitamento. Em seguida são postos de molho em água quente, quase fervente, durante cerca de 24h, quando então estão prontos para serem despulpados, manualmente com auxílio de colheres.

Este trabalho, que é realizado em ambiente doméstico, tem um forte caráter colaborativo entre os moradores de Ererê. De acordo com as relações de parentesco, compadrio e amizade que interrelacionam, de forma diferenciada, todos os moradores, as famílias podem contar com a presença de ajudantes nesta etapa de beneficiamento dos frutos.

A massa extraída dos frutos, composta de polpa e casca, depois de bem amassada e misturada em uma grande bacia, a fim de que se torne homogênea, forma uma grande quantidade de massa que varia do laranja ao laranja avermelhado permeada de pequenas cascas vermelhas lustrosas. Em seguida, são produzidas as puquêcas: porções de formato oblongo, que são embrulhadas em folhas de murú-murú (*Astrocaryum murumuru*) e amarradas com tiras do olho ou guia do buritizeiro, em um estilo de embalagem que independe de recursos externos ao ambiente onde se localiza Ererê.

Apesar de produzirem puquêcas a partir da mistura de massas de frutos muito diferentes entre si, a percepção local sobre a variação de tipos de buriti tem delineações muito claras. São descritos pelos moradores três tipos de buriti com os quais se trabalha em Ererê: vermelho, amarelo e branco. Entre os três, destaca-se o vermelho por ser o de cor mais marcante e sabor mais ácido do que os outros dois tipos. As opiniões quanto às qualidades do buriti vermelho oscilam entre dois grandes opostos, pois enquanto uns o apreciam pela coloração intensa que tem e que dá a outros produtos feitos a partir dele, como sorvetes ou pudins, ou também pelo sabor forte, que além de ácido é, segundo os moradores, muito mais gorduroso; outros já evitam o buriti vermelho justamente por acreditarem que o fato de ser tão ácido e tão gorduroso faz mal à saúde.

O buriti amarelo está, em grau de coloração e sabor, entre o buriti vermelho e o branco e este, por sua vez, é dos três, aquele de sabor mais suave e considerado menos agressivo à saúde. Entretanto, os consumidores das puquêcas produzidas em Ererê não tem como fazer esta distinção entre os frutos, pois a massa raspada para preparação de puquêcas pode conter os três tipos ao mesmo tempo.

O produto final do trabalho com o buriti em Ererê, a puquêca, pesa normalmente 1,500kg e a experiência para graduar a quantidade de massa em cada uma é baseada no tamanho e peso já reconhecido pelo hábito desse manuseio, daqueles que costumam se ocupar com esta etapa do trabalho.

A partir das puquêcas ou da polpa pura é possível produzir diversos outros subprodutos, como o doce de buriti, cremes, sorvetes, pudins e um refresco açucarado

congelado em saquinhos plásticos, denominados localmente como flau. Em Monte Alegre todos esses produtos são bastante apreciados e constam na base da economia local.

A base de produção de todo o conhecimento, necessário a efetivação deste sistema de práticas, está apoiada nas relações tradicionalmente mantidas entre os moradores de Ererê. De acordo com Diegues (2000), o conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não-urbana/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração.

O autor destaca que nestes contextos existe uma interligação orgânica entre o mundo natural e a organização social. Dessa forma, os espaços de cultivo, ou onde são realizadas atividades de extrativismo, longe de se reduzirem a lugares de onde se retiram os meios de subsistência, constituem o palco de uma sutil sociabilidade.

O fato de que o conhecimento tradicional é comunicado por meio da oralidade, em detrimento da escrita, utilizada para comunicar o pensamento científico moderno, já nos indica que ele é um tipo de conhecimento que, para ser interpretado, precisa ser observado a partir do contexto da cultura onde é gerado (Diegues, 2000).

A relação familiar em núcleos estendidos, a colaboração entre vizinhos, que em tantos casos também são parentes, o convívio entre diferentes gerações: das crianças às pessoas idosas, demonstram quão variada pode ser a relação cotidiana no trabalho com o buriti. Os comunitários têm suas relações sociais pautadas pelas relações de trabalho, e dentro desta esfera, contribuindo para sua efetividade, está a coletividade tradicional.

Esta forma de coletividade tradicional, e a solidez da relação que a partir dela os indivíduos de Ererê mantêm com o ambiente, pode ser pensada na forma de um manejo social, da estrutura dinâmica das relações entre os indivíduos. E neste sentido, podemos considerar áreas naturais como o buritizal visitado pelos moradores de Ererê, enquanto artefatos culturais, onde a biodiversidade não existe “apesar” da presença humana, mas também por causa dela, em relação cotidiana com ela, calcada no mundo vivido por cada indivíduo.

Dentro daquela dinâmica de trabalho, os buritis que caem das sacas onde os carregadores os trazem, nas costas, dentro do gapó, são também os que serão responsáveis pelo nascimento de novas árvores e pela manutenção daquele buritizal, enquanto ambiente que pôde ser confundido com meramente natural, sem qualquer interferência humana.

As sacas usadas pelos comunitários são reutilizáveis a cada ida ao gapó para coletar buritis, ou em qualquer outra atividade que as demande, como a roça. Serviram antes para carregar outros produtos do trabalho e por isso estão desgastadas. Seus furos, até certa medida, e se levando em consideração o papel que têm para a queda de buritis pelo caminho, não podem ser considerados como uma falha no processo produtivo.

Podemos entender o manejo tradicional do buriti de Ererê enquanto tecnologia social patrimônio dos moradores que há gerações se sucedem na dinâmica de produção e reprodução destas práticas. Este manejo está fundamentado na experiência local do trabalho prático, em íntima conexão com conhecimentos que têm implicado na conservação da natureza, do ambiente onde se vivenciam suas práticas. É a prática tradicional presente na atividade cotidiana do trabalho, que conecta os indivíduos à realidade concreta do mundo vivido.

As transformações deste mundo vivido, deste ambiente humano, condizem com as ações nele realizadas dentro do modo como as pessoas vivem. A prática de trabalho com o buriti, em Ererê tem amarrações concretas a este ambiente concreto e imediato. É a partir dele que se originaram as práticas que hoje, também nele, continuam a se efetivar, em seu caráter de tradição, dialogando com os recursos da natureza. Essas ações tradicionais de trabalho não implicaram no escasseamento desses recursos, embora o que se visasse com o trabalho também fosse a obtenção de renda. A maneira para alcançá-la, entretanto, não seguiu uma racionalização capitalista.

No decorrer da relação entre gerações de moradores de Ererê e o buritizal nativo, uma lógica de abundância, não de escassez, balizou a dinâmica de manejo dos frutos. A produção teve como baliza as condições de que dispunham os trabalhadores e produziu o que se pôde produzir, em consonância às outras diversificadas práticas que sustentam os meios de vida das famílias de Ererê.

Ao mesmo tempo em que se dedicam ao extrativismo dos frutos, seu beneficiamento em ambiente doméstico e à comercialização de seus produtos derivados, as famílias também continuam desempenhando as práticas tradicionais de caça, coleta, pesca e especialmente de agricultura, que são a base da produção da unidade familiar.

A produção tradicional de puquêcas de polpa de buriti em Ererê, portanto, conta com uma cadeia produtiva moldada às condições de produção que dispõem as famílias da comunidade, e se adapta da maneira mais orgânica às práticas de trabalho e de relações sociais entre os moradores.

Por vincular-se à lógica de coletividade comunitária, o manejo do buriti assume uma forma de organização social para a produção diferente da dinâmica coletiva estimulada pelos projetos de desenvolvimento, em especial à partir da existência das fábricas, para as quais o modo de trabalho tradicional precisaria ser reorganizado, merecendo então, por parte dos agentes externos à Ererê, a designação “organização comunitária”.

Deve ser ressaltado o caráter de sustentabilidade da prática tradicional de uso do buriti na comunidade, do ponto de vista da lógica tradicional, mas não do ponto de vista do desenvolvimento comunitário.

Esta sustentabilidade, caracterizada pela autonomia em relação a um domínio externo que forneça os insumos necessários à produção, acontece em Ererê em função de que esta prática se insere a um panorama complexo de inúmeras outras atividades às quais se dedicam os moradores. O manejo tradicional do buriti pode ser considerado sustentável quando percebido enquanto um dos componentes da lógica de reprodução social local, não isolado, convivendo com outras práticas de trabalho e uso dos recursos da natureza, de forma complementar.

#### **4.3 Os projetos de desenvolvimento comunitário sustentável em Ererê e a atuação da APRORE**

Os projetos de desenvolvimento sustentável comunitário, *Experimentos agrícolas e alternativas de beneficiamento do buriti e Artesanato manejado do buriti como forma de conservação do cerrado paraense*, desencadeados pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável, foram implementados pela equipe de profissionais do MPEG em Ererê oficialmente junto à representação da Associação Produtora Rural do Ererê - APRORE.

Fundada em 2001, a APRORE teve sua origem incentivada por uma vereadora local, com a finalidade de possibilitar o estabelecimento de vínculos formais entre a prefeitura e a comunidade. Inicialmente faziam parte da associação as famílias de pessoas com maior representatividade junto àqueles atores externos, como o professor e o presidente da comunidade<sup>7</sup>. O grupo costuma reunir-se no barracão comunitário para

---

<sup>7</sup> O presidente da comunidade é um dos moradores mais antigos, herdeiro de propriedade de terras, que assume uma liderança frente \ atores e instituições externas, como a prefeitura, e que possui uma forte representatividade interna, constituída ao longo dos anos no relacionamento com os demais moradores.

discutir suas atividades, como ações junto a Prefeitura de Monte Alegre, ou promoção de eventos para angariar fundos, como festivais.

Quando a possibilidade de ter iniciativas produtivas com investimentos externos na comunidade é trazida a Ererê, por meio da atuação do MPEG mediando a relação entre a comunidade e as instituições promotoras, a APRORE assume o papel de representante da coletividade da comunidade, que passa a manter contato formal com os órgãos coordenadores e financiadores dos projetos de desenvolvimento.

O projeto que dá origem à fábrica, se apropria do status *comunitário* ocultando as diferenciações internas à comunidade, entre as famílias e entre os moradores. Os interesses diferenciados que tinham os membros da associação e as demais famílias da comunidade, que decidem não se envolver com as atividades dos projetos, são subsumidos mediante à designação Comunidade Ererê utilizada ao se tratar dos projetos de desenvolvimento comunitário.

Assim como os trabalhadores do buriti, que preferem continuar a desenvolver o manejo e os processos produtivos da forma tradicional, havia moradores que questionaram não apenas os projetos como a própria atuação dos profissionais externos. Estes questionamentos e discordâncias, expressos em reuniões ou manifestos na não adesão às atividades promovidas pelos pesquisadores, estiveram relacionados principalmente à criação da unidade de conservação, que em última instância é o fato promotor de todos os desdobramentos que vieram a interferir no cotidiano local.

Os projetos de desenvolvimento comunitário sustentável que se efetivaram em Ererê tiveram ambos o buriti como emblema. O projeto inicial, embutido no Plano de Desenvolvimento Sustentável, vinculado à iniciativa de criação daquele Parque do qual a comunidade é vizinha, dedicava-se a implementação da fábrica de beneficiamento de buriti, que processa a polpa mecanicamente, sem aditivos químicos e conservantes.

O produto originado da fábrica, vendido em unidades de 1kg congelado em embalagens plásticas, se diferenciaria do seu equivalente no processo produtivo tradicional, a puquêca, por ser semi-industrializado, e não mais completamente artesanal e ecológico, no sentido de que todos os itens (polpa e embalagem) da puquêca são de origem vegetal, disponíveis nas cercanias da comunidade, e de que este produto é vendido sem passar por congelamento, independendo por isso de máquinas e energia elétrica.

A fábrica de beneficiamento de polpa funciona em um prédio de alvenaria, construído na vila de Ererê, próxima à igreja, ao barracão comunitário, e à estrada que corta a vila.

A máquina que despolpa os frutos e a infra-estrutura disponível dentro da fábrica foram recursos com os quais os membros da APRORE precisaram se adaptar e que para tanto precisaram receber capacitações. Associados receberam treinamento técnico para operar a máquina despolpadeira e utilizar as instalações da fábrica.

No período em que se deu a presente pesquisa, era apenas uma pequena quantidade de trabalhadores que se dedicaram a experimentar usar da fábrica para produzir polpa, entretanto as práticas de produção tradicional não foram abandonadas. O trabalho na fábrica ainda é realizado em caráter experimental, haja vista que a produção não conta com uma sistemática de produtividade específica. Não há ainda vínculo a um determinado mercado para onde se destine com precisão a produção da fábrica, tal como a pequena produção tradicional do buriti já possui. O espaço no mercado local, para onde é destinada a produção das puquêcas, foi conquistado ao longo do tempo e evoluiu junto com a dinâmica do manejo do buriti na comunidade.

Em um segundo momento, e apoiado pelo argumento da experiência na área e com o tema, a APRORE por intermédio da ação da equipe do MPEG, submete e aprova um projeto de artesanato baseado no buriti, junto ao Programa de Pequenos Projetos Eossociais – PPP-ECOS do Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

No Brasil, o PPP-ECOS apóia projetos de organizações não governamentais e de base comunitária, com enfoque em atividades de uso sustentável do cerrado.

Com o financiamento recebido pela APRORE foi construído um prédio, também de alvenaria e vizinho à fábrica de beneficiamento de polpa, onde funciona a oficina para a confecção de peças, a loja onde pode ser exposta a produção ao receberem visitantes e uma lanchonete.

Para realizar essas atividades, os moradores também receberam capacitações, realizadas por meio de cursos e oficinas, ministrados por profissionais externos.

Tanto mulheres quanto homens, jovens, adultos e algumas crianças, estiveram envolvidos nas capacitações para artesanato e na produção das primeiras peças que foram comercializadas. A produção esteve concentrada em peças como colares, brincos, pulseiras com sementes e fibras encontradas na área. Também foram produzidas peças

como chaveiros e canetas enfeitadas, com temas vinculados ao Parque e seus atrativos, a serem vendidos para turistas como *souvenir*.

O artesanato não estava presente entre as práticas produtivas realizadas pelos moradores de Ererê. Foi observada entre eles apenas a produção de cestos e paneiros, utilizados em finalidade complementar a outras atividades de trabalho, como a produção agrícola. Portanto, toda a produção que passa a existir em virtude do projeto de artesanato é aprendida no contexto do próprio projeto.

O incremento da renda proporcionado pelas novas possibilidades de trabalho evidentemente é percebido de forma diferenciada pelos sócios e pelos que estão fora da associação, afinal são prioritariamente os sócios que têm se envolvido nas atividades das fábricas. O espaço para o ingresso de novos sócios foi aberto por eles permitindo a participação dos demais moradores nas atividades da oficina de artesanato, visando seu ingresso na associação posteriormente.

Atualmente é no artesanato que tem se percebido circulação de dinheiro entre um número maior de comunitários, com a venda de peças para os turistas que eventualmente passam pela comunidade, trazidos por pessoas da cidade. Por ter se originado de uma atividade que os comunitários sequer vislumbravam antes da elaboração do projeto, esta renda foi considerada muito importante e indica que o trabalho com o artesanato é promissor, embora a produção ainda seja considerada pequena.

Foi observado um destaque para as novas formas de emprego que se tornaram possíveis a partir da existência das *duas fábricas* (a fábrica de beneficiamento de polpa e a oficina de artesanato), mesmo que tenha sido considerado que ambas ainda não funcionam a aproveitar todo seu potencial.

A geração de renda que as fábricas representam, em projeção para o futuro, indicou a possibilidade de também os filhos dos sócios de hoje poderem atuar nos projetos, bem como no Parque Estadual Monte Alegre, sem precisarem ir embora pra conseguir emprego em outro lugar, o que comumente acontece com as famílias em Ererê.

O aumento do número de famílias se dedicando ao trabalho com o buriti também indica transformações em Ererê em decorrência dos projetos implantados. Embora aleguem que “não têm outro ganho”, e por conta disso a atenção sobre este recurso tem crescido, mencionam também que a existência da fábrica de polpa trouxe, mesmo que indiretamente, um estímulo ao trabalho com o buriti.

Há entre os moradores controvérsias sobre a qualidade da polpa produzida pela fábrica de beneficiamento, em especial na opinião dos que estão fora da associação, que ainda preferiram produzir ou consumir o buriti da forma tradicional em detrimento da produção da fábrica.

Entre os que são associados, existe a opinião de que ainda é mais vantajoso produzir tradicionalmente em função do mercado já conhecido absorver melhor a “puqueca” do que a polpa congelada, produzida na fábrica. Além disso, o pagamento pelo trabalho tradicional é imediato, enquanto que ao optarem por despolpar seus buritis na fábrica, os comunitários teriam que esperar a produção congelada ser vendida eventualmente, pois não possuem uma outra estratégia de venda. Apesar disso, os sócios apontam necessidade de se buscar novas possibilidades de escoamento da produção da fábrica, bem como aumentar sua capacidade de armazenamento.

Mesmo sendo perceptível o aumento no número de famílias acessando o buritizal, não se percebe entre elas uma preocupação com a conservação do recurso. Aparentemente consideram o *gapó* grande o suficiente para suportar a demanda de Ererê sobre o buriti. Nem mesmo a possibilidade de a fábrica de polpa utilizar uma quantidade consideravelmente maior de frutos mostra trazer esta preocupação.

Entretanto, foi observada uma situação de insatisfação no relacionamento entre membros da associação, expressa em frases como “as pessoas precisam confiar mais umas nas outras”, refletindo o que os comunitários em geral designam como “desunião” percebida tanto por associados quanto por aqueles que estão fora da associação.

Há um considerável desencontro de informações entre o que é dito em torno dos projetos e da criação da unidade de conservação, que se coaduna a relações conflituosas já existentes entre moradores, prévias à atuação do MPEG, e que se alimentada a cada atividade desenvolvida que não conta com a participação daqueles que estão afastados. Os associados notam que é justamente por estarem mais próximos dos trabalhos realizados, participando de reuniões e em contato com os profissionais externos, que conseguem ter maior acesso as informações sobre as causas das transformações que vêm influenciando a comunidade. O que pôde ser expresso na fala de uma das sócias mais recentes:

*Tinha muita dúvida quando não era sócia, “esse pessoal, o que eles querem?”, mas agora tenho oportunidade de conversar com os pesquisadores, entender melhor o que tá acontecendo. O papai é como eu era antes.*

Neste último trecho a moradora refere-se ao fato de que o pai permanecia resistente em relação aos projetos. Quando questionada sobre como via a relação entre os moradores de Ererê em torno dos projetos, comenta: *os próprios sócios daqui só dizem que a gente tem idéia só pra gente*, o que pode indicar que existem divergências tanto entre os sócios e os demais moradores – *se todo mundo fosse sócio, se todo mundo aceitasse, nós ajeitava essa associação* – como também dentro dos limites da associação.

Também nas palavras de um morador, referindo-se à importância dos projetos: *desenvolveu a comunidade: aqui antes era o mato e hoje nós tem esses dois prédios com tudo dentro, se não tá melhor é por falta de organização*. Outra das sócias atuante nos projetos desde as fases iniciais comenta, referindo-se aos moradores não associados:

*Culpam a associação por trocarem a comunidade pela porquera dessas fábricas que não dá calça pra ninguém. A associação “aceitou”. (...) A comunidade é elogiada por ser a mais organizada, os outros não sabem o quanto são desunidos.*

Tanto nesta fala quanto na anterior evidencia-se a perspectiva de que a desunião/falta de organização vem se impondo entre os moradores envolvidos nos projetos e que apesar disto há uma “imagem” de desenvolvimento e organização comunitária, em contraste aos percalços vivenciados pelos moradores em torno dos projetos.

### **3.4 Os projetos de desenvolvimento e o turismo**

A existência dos projetos trouxe para Ererê um acréscimo na visibilidade turística com a qual a comunidade já contava, por estar localizada próxima a uma das entradas principais do Parque.

O fluxo de turistas, prioritariamente estrangeiros, não tem uma periodicidade da qual se saiba na comunidade. Eles são guiados à região por moradores da cidade de Monte Alegre, proprietários de carros adequados para a subida nas serras, onde estão os grandes atrativos da área, circunscritos atualmente pelos limites do Parque.

A participação dos moradores de Ererê na dinâmica do turismo tem se restringido ao contato que um pequeno número de moradores tem (entre eles, o professor da escola de ensino fundamental) com os proprietários dos carros que trazem e guiam os turistas.

Com a existência dos dois prédios dos projetos de desenvolvimento localizados nas proximidades à estrada que dá acesso ao Parque, um deles oferecendo produtos do artesanato para os turistas, Ererê se tornou uma opção de ponto turístico na rota do Parque. Os visitantes podem conhecer tanto a fábrica de polpa como a loja que tem escrito em sua fachada “Artesanato de Ererê”, onde é “oferecida” junto com os objetos artesanais produzidos pelos moradores, a idéia de desenvolvimento sustentável comunitário.

O Festival do Buriti igualmente promovido anualmente pelos membros da APRORE, (responsável oficialmente por administrar as duas fábricas) também tem atraído visitantes, prioritariamente de comunidades vizinhas e da cidade e contribuído para que se intensifique a vinculação de uma imagem global da comunidade Ererê ao buriti.

O trabalho tradicional com o buriti, enquanto marca na identidade dos comunitários de Ererê vem sendo realçado pelo Festival, que embora já acontecesse em um período anterior à existência dos projetos, é reforçado por eles, na medida em que é possível a todos que passam pelo local, observar que houve uma valorização e investimento externo neste recurso e naquela comunidade.

Os prédios construídos se tornaram uma referência de Ererê, enquanto localidade, e entre os membros da APRORE foi comum ouvir frases do tipo “pra nós é um prazer o pessoal de fora saber que tem isso na nossa comunidade”.

Este aumento da visibilidade, por sua vez, retroage na dinâmica do turismo, implicando também em um aumento no número de turistas na área.

A existência dos dois prédios foi apontada como estímulo à chegada da energia elétrica na comunidade, pois “chamaram atenção dos políticos” locais, para sua necessidade cada vez maior também em função das máquinas utilizadas tanto no beneficiamento do buriti quanto no artesanato. Água encanada e orelhão se destacaram como próximas conquistas a serem alcançadas, estimuladas pelo processo que a relação com os atores externos à comunidade (pesquisadores, turistas) desencadeou.

A atuação da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, e sua participação nesta dinâmica, através das Secretarias de Turismo e Meio Ambiente, foi mencionada por pela equipe de pesquisadores (MPEG, 2001a) entre outras funções,

[...] realizando atividades de assistência técnica aos agricultores rurais, conscientização das populações em relação ao uso dos recursos naturais, mantendo um servidor da

prefeitura nos locais, a fim de organizar as comunidades para realizar a fiscalização. Servidores que conhecem a região são incentivados a acompanhar turistas e visitantes à área das cavernas e sítios arqueológicos existentes (MPEG 2001a, p. 2 e 3).

As atividades realizadas em Ererê em torno dos projetos de desenvolvimento comunitário envolveram, portanto, uma considerável gama de atores sociais diferentes, para além dos profissionais de pesquisa e os moradores da comunidade, entre eles a prefeitura de Monte Alegre e os visitantes de fora, os turistas, público para o qual se destina boa parte dos esforços por lá implementados.

Podemos considerar que embora seja na fábrica de polpa que o desenvolvimento comunitário busca tocar as particularidades da comunidade, por retomar em uma nova versão a relação dos moradores com o buriti, são atividades de artesanato, por estarem vinculadas ao turismo, à visitação externa que se destina à unidade de conservação, que atingem um maior grau de conexão com a dinâmica institucional responsável pela atuação dos profissionais junto à comunidade.

## 5. LEITURA INTERPRETATIVA E CONCLUSÕES

Neste trabalho procuramos demonstrar o modo como a organização social para trabalho tradicional em Ererê se diferencia do sistema proposto a partir dos projetos de desenvolvimento. Estes, por sua vez, estão vinculados a uma dinâmica de produção voltada para um mercado e para um público ampliado, sobreposto ao mercado local, com o qual a pequena produção tradicional já possui relação estabelecida, o que não é reconhecido dentro da lógica das propostas de desenvolvimento.

Os interesses aos quais corresponde esta lógica não se originam na esfera local. Estão vinculados a processos de monetarização e burocratização externos, que se propõe a desencadear mudanças no sistema de organização social local, baseado no plano de valores, proporcionando, em consequência disto, a emergência de tensões marcadas por uma sobreposição dos interesses individuais sobre os interesses para o “bem comum”. Estes podem ser percebidos como uma idealização originária da visão externa à comunidade, que na prática não corresponde às suas estratégias de reprodução social, as verdadeiras responsáveis pela condição de sustentabilidade. É a própria base tradicional das práticas comunitárias que lhes confere esta qualificação.

Dentro da experiência dos moradores que se envolveram nas atividades dos projetos, e em sua vivência sensível das dificuldades em organização para a produção e geração de possíveis benefícios a partir dela, foi observado um ressentimento com relação a um bem comum não alcançado, em relação às expectativas que a fábrica de beneficiamento de polpa, o primeiro empreendimento a ser realizado, representou. Em vista desta aparente contradição emerge a questão sobre porque a possibilidade de ter garantia sobre o acesso a uma forma de vida onde cada indivíduo possa ser e possa estar, não pode ser considerado como um bem comum que, para além das idealizações, pertencente à comunidade do Ererê, enquanto coletividade concreta.

A ideologia do desenvolvimento que promoveu estes desdobramentos se expressa pela consideração de que comunidades precisam de negócios sustentáveis. Mary Alegreti (2003), em seu texto “Bons negócios vicejam na floresta”, afirma:

[...] embora o crescimento do mercado de recursos derivados da floresta seja evidente, a ampliação dos negócios gerados pelas comunidades amazônicas esbarra em certas dificuldades, derivadas das condições em que produzem. Grande parte dos problemas enfrentados por esses empreendimentos tem origem na falta de organização da comunidade, na gestão do negócio e em dificuldades técnicas encontradas no processo produtivo, que acaba comprometendo a comercialização dos produtos (MMA, 2003, pág 9)

O texto introduz a publicação de mais de 200 empreendimentos, tanto comunitários como micro e pequenas empresas, no evento *Negócios para a Amazônia Sustentável: Iniciativas produtivas, relações comerciais justas, conservação da biodiversidade*, uma iniciativa da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, enquanto política executada pela Coordenadoria de Agroextrativismo, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais.

Esta iniciativa visa “incentivar a disseminação do conceito de negócio sustentável associado à marca Amazônia, cujo apelo pelos mercados urbanos é extremamente promissor” e interrelaciona o setor público, o setor privado e o terceiro setor (Allegretti, 2003, p 11).

Entre as organizações do terceiro setor envolvidas está a entidade ambientalista brasileira Amigos da Terra, que desenvolve, entre outros, o projeto Balcão de Serviços para Negócios Sustentáveis “para fortalecer pequenos empreendimentos da Amazônia que geram renda e emprego por meio do uso sustentável dos recursos agroflorestais da região” (Smeraldi, 2003, p 13).

Segundo o autor, o balcão de serviços é um instrumento apto a auxiliar “empreendimentos com características de sustentabilidade social, econômica e ambiental que enfrentam inúmeros obstáculos relacionados com acesso a mercados, tecnologias, recurso humano, demanda, conservação de produtos, beneficiamento e marketing”.

A experiência de Ererê e do projeto da fábrica de polpa de buriti consta no banco de dados de empreendimentos sustentáveis do Balcão de Negócios, veiculado no *site* <http://www.amigosdaterra.org.br/>, onde “o usuário pode conhecer o mais completo e atual banco de dados sobre empreendimentos, serviços e produtos agroflorestais da Amazônia, com enfoque especial na produção comunitária”.

A fábrica de polpa de buriti e a oficina de artesanato, dentro deste panorama, podem receber a designação “negócios sustentáveis” e ambos os empreendimentos, como produtos concretos dos projetos de desenvolvimento sustentável comunitário, têm uma vinculação ao manejo tradicional do buriti, que cumpre seu papel socializador em Ererê. Entretanto, a justificativa para a existência dos dois empreendimentos/negócios não se origina a partir do ponto de vista local, em conexão com este papel que o manejo do buriti assumia, bem como tende a substituí-lo.

Pode-se chegar a esta percepção ao encararmos os empreendimentos comunitários enquanto frutos de projetos que vinculavam um capital externo apoiando iniciativas de práticas produtivas, geradoras de renda, operacionalizando-se com o trabalho de uma associação de membros de uma comunidade rural na Amazônia. A noção de negócios sustentáveis fala sobre experiências onde a comunidade local insere-se no mercado para além do local, via práticas de uso sustentável dos recursos naturais, e fornecimento de um determinado tipo de produto, com uma concepção que agrega conceitos valorizados por este mercado mais específico.

Como descrito por Allegretti 2003, o conceito negócio sustentável se aplica às experiências que adotam medidas que reduzem ao máximo o impacto ambiental no processo produtivo, por gerar benefícios sociais para as comunidades envolvidas e que tem como base relações comerciais justas. Este tipo de experiência deve possibilitar a capacitação dos produtores, o repasse de tecnologias, o pagamento de *royalties* e investimentos sociais, envolvendo uma ampla diversidade de produtos e serviços. (Allegretti, 2003).

Em seu “Livro de ouro da Amazônia”, no capítulo em que explica aos leitores “porque a Amazônia é importante para a humanidade” Meirelles Filho (2004) lista as “vocações” da região. Entre elas estão os produtos florestais não madeireiros, sob o argumento da valorização da floresta em pé. (Meireles Filho, 2004, p. 301).

Na perspectiva do autor, ao mencionar o “pequeno conhecimento que temos da floresta” e a “pouca difusão do que sabemos e de suas possibilidades de uso” (p. 254) estaríamos “na pré-história do aproveitamento das florestas tropicais” e sugere, em contrapartida, que se deve considerar mais vantajosos os investimentos em uma “floresta de serviços”, afirmando que há “um novo mundo de possibilidades que precisa ser traduzido em linguagem de mercado” (p. 293).

Afina-se a este ponto de vista o seguinte argumento:

Temos plena consciência de que a floresta esconde um enorme potencial de aproveitamento econômico, seja na produção de fármacos, seja na produção de cosméticos, na de alimentos, na de minerais e na de tantos outros produtos, madeireiros ou não. Mas não sabemos como explorá-los de forma racional e sustentável em escala de mercado. [...] Sabemos das vantagens comparativas que representam possuir um gigantesco manancial de água doce, mas não sabemos como explorá-lo economicamente em benefício das populações locais e de forma sustentável. [...] Em suma, não aprendemos ainda a usar de forma sustentável as riquezas da região. (Bursztyn, 2004, p. 302 e 303).

Sem indicarmos a que *nós* o autor se remete, corremos o risco de considerar que ele fale que também as populações que vivem na Amazônia, como a população de Ererê, não aprenderam ainda a usar de forma sustentável as riquezas da região, o que seria um enorme equívoco. Portanto, o que se depreende deste excerto é que ele também é representativo de uma mesma mentalidade que não pôde perceber a região amazônica senão como uma fronteira à expansão da modernidade e de seu modo de produção capitalista. É a estas práticas que as comunidades rurais podem estar se demonstrado incompetentes.

A suposta falta de organização comunitária é o que justifica a necessidade de seu fortalecimento. Entretanto, quando demonstrado o que está sendo visualizado como desenvolvimento comunitário, e sua finalidade produtiva, compreende-se que a organização comunitária de que se trata não é qualquer tipo de organização senão aquela que pode se adequar às exigências impostas para a inserção em um sistema de mercado que é de caráter eminentemente capitalista. Esta se afina às práticas hegemônicas que são as verdadeiras responsáveis pela ameaça à conservação da biodiversidade que, com as estratégias empregadas na experiência em Monte Alegre e em Ererê, se buscou evitar.

Consideramos que determinadas formas de organização das comunidades rurais, que como em Ererê em relação ao manejo do buriti, são socialmente engendradas para a relação das pessoas com os recursos naturais, estão sujeitas a uma condição de invisibilidade, na medida em que as iniciativas de origem externa que visam seu desenvolvimento não a consideram como estratégia produtiva adequada, que mereça o nome de prática sustentável e em função disto tem sua validade negada, em detrimento das atividades estimuladas no âmbito dos projetos, pelos atores externos.

A invisibilidade da validade desses formas de organização social produtiva, de base tradicional pode configurar-se em condição para o estabelecimento de uma relação de dominação entre conhecimentos, entre discurso hierarquizados.

Apesar de haver um discurso vigente valorizando os conhecimentos tradicionais, há uma permanência da relação hierarquizada que sobrepõe os desígnios do especialista, profissional da ciência, considerado apto a apontar qual, dentre a variada gama de conhecimentos tradicionais, deve ser valorizado. Neste caso o conhecimento tradicional de que se fala é aquele vinculado a uma visão idílica de comunidade, folclórica, vista na superficialidade de sua forma estereotipada, passível de compor um rótulo, demonstrando assim suas conexões com a dinâmica de expansão do mercado capitalista.

Este tipo de argumento a favor do desenvolvimento comunitário, em que está fundamentada a idéia dos projetos/negócios sustentáveis, cruza conservação da natureza ao incentivo da participação das comunidades e diz que elas detêm conhecimentos de manejo que conservam os recursos (por isso são valorizadas). Entretanto, para justificar a criação de unidades de conservação, se contradiz, apontando para uma pressão sobre a biodiversidade que possíveis atividades predatórias da população possam exercer. A partir daí justifica-se, além da necessidade de criar unidades de conservação, a importância de se investir em iniciativas onde as populações locais, cuja ação influencia diretamente a conservação de biodiversidade, sejam guiadas por agentes externos a elas no caminho deste desenvolvimento que lhes falta.

Estas estratégias de conservação da natureza restringem a atuação de determinado grupo social em detrimento de outro, em nome de benefícios tanto para a proteção dos recursos naturais quanto para o desenvolvimento econômico, de forma genérica.

De acordo com Guha, (2000, p. 95) o manejo de parques no terceiro mundo baseia-se em dois axiomas originados no pensamento norte-americano sobre a natureza selvagem (*wilderness*): a crença monumentalista de que o mundo selvagem tem de ser “longo e contínuo”, e que toda intervenção é necessariamente negativa para a conservação da biodiversidade.

A idéia de que neste mundo selvagem o homem deveria comportar-se como mero visitante (ecoturista?), fruto de uma percepção urbana, da visão de pessoas muito afastadas do ambiente natural, além de estar equivocada, tem sérias implicações, pois permeia também os planos políticos globais e política de manejo dos recursos.

Segundo a percepção de Gabrish (2007) esse tipo de construção da conscientização ambiental nos centros urbanos, estabelecido a partir de uma visão ecológica moderna, no qual o ser humano é responsável pela ideologia da preservação da natureza intocada, implica em um processo no qual:

[...] os povos nativos entregam sua morada para biólogos administrarem em parques seguros, onde o internauta urbano doador pode fazer turismo e se divertir ao recolher latinhas em sacolas plásticas com a logomarca do Panda e, quem sabe, em futuro próximo, ter acesso a imagens desses ambientes na sua tela de computador, em tempo real [...] Percebe-se que o conceito de ecossistemas naturais como terrenos indomados é resultado de uma percepção urbana, fundada no etnocentrismo, que fortalece o mito do homem selvagem [...] que faz com que o homem nativo das florestas tropicais e equatoriais seja visto como canibal, conhecedor de magias e plantas, ambicioso, sem noção de parâmetros morais globais, é atualizado hoje, na Amazônia, na

visão que a população urbana tem dos índios e comunidades tradicionais como indivíduos incapazes de sustentar a preservação da natureza. (Gabrish, 2007, p. 11)

Em torno da criação do Parque, ao passo que era permitido o livre acesso dos recursos da biodiversidade da área à equipe de pesquisadores, mediante as devidas adequações legais/formais para tanto, para os moradores do entorno foram apresentadas as restrições, haja vista que a modalidade de unidade de conservação que foi implementada permite apenas o uso indireto da biodiversidade: pesquisas científicas e atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico” (MMA, 2003).

Podemos considerar que é neste momento que as ações designadas por pesquisa e desenvolvimento tocam o objetivo inicial presente no programa do FNMA/PROBIO, vinculado ao PROECOTUR, que dá origem a atuação da equipe do MPEG junto às comunidades do entorno do Parque: os negócios empreendidos sob a designação de comunitários influenciam na atração de mais um setor de turistas à área, os que valorizam as práticas denominadas sustentáveis.

Sob esta dinâmica há uma intenção de substituição de atividades produtivas: em primeiro lugar, as que em última escala interligam moradores locais aos turistas, via projetos de desenvolvimento comunitário, substituiriam as atividades que eles seriam sujeitos a deixar de desempenhar em função das proibições impostas pela criação de uma unidade de conservação de proteção integral, vizinha à área da vila da comunidade. Em segundo lugar, a própria prática produtiva tradicional do buriti, mote dos projetos de desenvolvimento, viria a ser substituída pela sua versão como negócio sustentável.

Ererê é uma comunidade que também compartilha dos mesmos interesses capitalistas hegemônicos na sociedade de mercado com a qual ela tem direta e necessária vinculação. Entretanto, a multiplicidade de atividades de trabalho locais e suas inter-relações, a produção e reprodução de suas condições de vida, que possibilitam diversas formas de atuação na dinâmica coletiva, são incompatíveis com lógica individualizante da produção capitalista, na medida em que se sustentam em laços de solidariedade que não são mediados por vinculações formais e acordos contratuais.

Como nos lembrou Itacaramby (2006, p. 12) o estado e a diversidade das paisagens socioambientais no planeta, que resultam, dentre outras variáveis, das relações das sociedades humanas com a natureza, expressam distintos modos de vida. A autora completa que *não por acaso, as paisagens das grandes metrópoles diferem*

*sobremaneira daquelas onde estão localizados territórios de comunidades tradicionais. Há, certamente, distintas especificidades econômicas e socioculturais operando nestes espaços.*

A partir desta constatação, a autora afirma que há contribuições diferenciadas dos distintos modos de vida para a configuração ambiental planetária contemporânea.

Entretanto, a situação de invisibilidade a que são submetidas as práticas de manejo tradicional, que como no manejo do buriti em Ererê, configuram estratégias produtivas fundamentais dentro da dinâmica de reprodução social das comunidades, dá-se em função das dificuldades de reconhecimento da validade destes conhecimentos e do modo de vida ao qual eles fazem referência, por parte do corpo de conhecimento burocrático externo, que por sua vez está pautado pelo conhecimento da ciência parceira do capital.

A ciência moderna que se propôs não apenas a compreender o mundo ou explica-lo, mas pretendeu também transforma-lo é a matriz ideológica dos pesquisadores contemporâneos, mais especificamente dos profissionais que atuaram junto às comunidades moradoras do entorno do Parque Estadual Monte Alegre. Dentro desta perspectiva, o trabalho dos pesquisadores se configura em um exemplo atual de como os profissionais da ciência atuam na realidade social de maneira a imprimir nela transformações.

A partir desta perspectiva, se evidencia de que forma é possível que, mesmo reconhecendo e valorizando os saberes associados à conservação da biodiversidade, a lógica da pesquisa e desenvolvimento desconsidere a lógica de organização social local, de base tradicional. Não a percebe como detentora de algum conhecimento adequado à gestão autônoma do ambiente onde mantém suas práticas, sem que seja necessária a intervenção dos organismos de gestão burocrática destes mesmos recursos.

Neste trabalho foi apresentada a hipótese sobre a existência de uma incompatibilidade social e cultural entre as estratégias tradicionais de reprodução social e de conservação da natureza e a dinâmica de organização social do desenvolvimento comunitário, embutidas nos projetos. A partir dela se pôde verificar a relação de invisibilidade de uma lógica em relação à outra. Entretanto, para além desta perspectiva, faz-se necessária a consideração sobre as outras formas de possíveis articulações entre estas distintas lógicas, em superação ao seu caráter antagônico que procuramos demonstrar, ao encontro de possibilidades que se contraponham às relações de dominação.

Como dito por Santos (2005, p. 34, 35), “a cultura obtém uma força política quando uma formação cultural entra em contradição com lógicas políticas ou econômicas que tentam refuncionalizá-la para a exploração ou dominação”.

O autor faz um apelo a um inventário afirmativo da sobrevivência de alternativas em muitas localizações por todo o mundo e segundo ele, o objetivo não é a identificação do que está “fora” do capitalismo, mas do que surge historicamente, em contestação e em diferença em relação a ele (Santos, 2005, p. 34, 35).

A experiência em Ererê não chega a ser uma contestação a toda a dinâmica institucional que leva a materialização da ideologia desenvolvimentista nos empreendimentos comunitários. Entretanto, à medida que as dificuldades de uma organização comunitária apta a tocar os projetos à frente, bem como a existência de profundas divergências entre os moradores em relação à atuação dos pesquisadores, as atividades referentes ao Parque e por fim a implantação dos projetos, pode indicar uma resistência de uma forma de organização e reprodução social em face a outra, cuja origem é externa.

De acordo com Oliveira (1994, p. 94) a Amazônia, que mostra os limites da fronteira capitalista forjada precisamente nos tempos da conquista primeva, a Amazônia pode conter uma chave para a modernidade, ao revelar os limites da lógica do lucro, opondo-lhe a lógica da cultura. Com essa permuta,

[...] a Amazônia oferece ao Brasil – e aos outros países amazônicos – uma das chaves para ingressar, pelo alto, no topo de um sistema produtor de valor de uso voltado para as necessidades humanas, a partir de sua imensa biodiversidade. Mas como nos lembram os especialistas da cultura, isto não se fará destruindo o que Laymert Garcia dos Santos chama apropriadamente, os detentores de tecnologia de produção de biodiversidade. Resta que os outros atores modernos da sociedade brasileira aceitem o desafio (Oliveira, 1994 p. 95).

A partir do reconhecimento sobre que papel podem assumir as práticas dos “detentores de tecnologia de produção de biodiversidade”, o debate sobre em que consiste uma comunidade política e qual a importância de práticas que visem o multiculturalismo, podem configurar indicações para possíveis articulações entre as lógicas dos distintos grupos sociais que foram alvo deste trabalho. Para tanto, a condição de invisibilidade a que estão submetidas as práticas da lógica tradicional deveria ser superada por parte da visão da pesquisa e do desenvolvimento.

Ao Estado brasileiro e seus órgãos que tratam das questões de cunho ambiental, cujo papel neste caso foi preponderante, seria fundamental um reposicionamento que privilegiasse, em detrimento dos interesses externos à dinâmica local, a articulação das forças que emergem daqueles que vivenciam de fato uma relação de sustentabilidade com a natureza.